



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

IZABELE CAROLINE DO NASCIMENTO CANÁRIO

**A IDEIA DE BRASIL NAS OBRAS DE LÉLIA GONZALEZ:
UMA ANÁLISE SOCIOLOGICA ATRAVÉS DA TEORIA SOCIAL
BRASILEIRA**

**SUMÉ - PB
2022**

IZABELE CAROLINE DO NASCIMENTO CANÁRIO

**A IDEIA DE BRASIL NAS OBRAS DE LÉLIA GONZALEZ:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA ATRAVÉS DA TEORIA SOCIAL
BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr. Wallace Gomes Ferreira de Souza.

**SUMÉ - PB
2022**



C213i Canário, Izabele Caroline do Nascimento.

A ideia de Brasil nas obras de Lélia González: uma análise sociológica através da Teoria Social Brasileira. / Izabele Caroline do Nascimento Canário. - 2022.

53 f.

Orientador: Professor Dr. Wallace Gomes Ferreira de Souza.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Análise sociológica. 2. Teoria Social Brasileira. 3. Intelectuais negros. 4. Autores negros. 5. Lélia Gonzalez - escritora negra. 6. Políticas raciais - Brasil. 7. Luta antirracista - Brasil. 8. Amefricanidade. 9. Pensamento negro brasileiro. 10. Pensamento social político brasileiro. 11. Movimentos sociais. 12. Mulheres negras - emancipação. 13. Ativistas negras - Brasil. I. Souza, Wallace Gomes Ferreira de. II Título.

CDU: 316.347(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

IZABELE CAROLINE DO NASCIMENTO CANÁRIO

**A IDEIA DE BRASIL NAS OBRAS DE LÉLIA GONZALEZ:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA ATRAVÉS DA TEORIA SOCIAL
BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Wallace Gomes Ferreira de Souza.
Orientador - UACIS/CDSA/UFCG**

**Professora Ma. Rosana de Medeiros Silva.
Examinadora I - Secretaria de Educação de Patos - PB
Doutoranda PPGCS/UFCG**

**Professora Dra. Denise Xavier Torres.
Examinador II - UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 05 de setembro de 2022.

SUMÉ - PB

A minha mãe e minha irmã
Luzinete Gonzaga e Maria Izabel,
Meu elo eterno de amor e força.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente queria agradecer a minha mãe Luzinete Gonzaga por ter acreditado no meu sonho e ter me apoiado em todo esse percurso. Obrigada Mainha pelas orações e os abraços apertados.

A minha irmã, Maria Izabel, que me inspira e me fortalece.

A minha família, em especial aos meus avós, pelo acolhimento e amor a mim dedicados.

Aos professores / professoras do CDSA por todo ensinamento e troca de conhecimento.

Ao Professor orientador Wallace Ferreira por aceitar o convite em me orientar nessa pesquisa e pela escuta atenta.

Ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Etnicidade (NEPEC), pelos debates, conhecimento pelas amizades e trocas dentro do grupo.

Ao programa de assistência estudantil, implementado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que foi de grande importância para minha permanência dentro da universidade.

Ao programa de Política Nacional de Formação de Professores (PIBID) e o Residência Pedagógica, programas essenciais para o meu desenvolvimento enquanto cientista social.

As minhas amigas que nesse percurso estiveram lado a lado comigo, em especial Laise, Luiza, Amanda e Lécia.

Aos colegas de graduação e vivência dentro da universidade, grata pela troca de conhecimentos e de afeto, em especial para Aucilene, Lalinha, Beatriz, Andreza Dario, Rute, Juliana e Anessa.

Ao meu companheiro José Henrique, pelo apoio, amor e paciência. Obrigada, meu querido.

Nunca foi sorte sempre foi exu.

Mil nações moldaram minha cara
Minha voz uso pra dizer o que se cala
O meu país é meu lugar de fala.

(Elza Soares- O Que se Cala)

RESUMO

Este trabalho tem por objeto compreender como Lélia Gonzalez apresenta uma ideia de Brasil em sua produção através de sua militância política e atividades acadêmicas, para tal análise partimos dos estudos relacionados ao pensamento social e político brasileiro, com intuito de localizar autores negros que tiveram grande contribuição para pensar a questão do negro brasileiro e investigar como sucedeu as políticas raciais após o período escravocrata e a ação da militância na luta antirracista: (MUNANGA, 1999), (DAVIS, 2016) ,(MOURA,2019). Esse trabalho parte de uma análise de conteúdo seguindo as etapas sinalizadas por (SILVA, GOBBI, SIMÃO, 2005). Os resultados mostram as grandes contribuições da população negra em relação a construção social e cultural do país partindo da teoria de amefricanidade para se pensar em uma democracia social brasileira.

Palavras-chaves: Lélia Gonzales; intelectuais negros; democracia social.

CANÁRIO, Izabele Caroline do Nascimento. **The idea of brail in the works of lélia gonzalez: a sociological analysis through brazilian social theory.** 2022. 53f. (Course Completion Work - Article), Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sumé - Paraíba, 2022. Available in: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/27416>

ABSTRACT

This work aims to understand how Lélia Gonzalez presents an idea of Brazil in her production through her political militancy and academic activities, to analyze from studies related to Brazilian social and political thought, with authors of locating blacks who had great think about the issue of black people and investigate how racial happened as Brazilians after the slavery period and the action of militancy in the anti-racist struggle: (MUNANGA, 1999), (DAVIS, 2016). (MOURA, 2019). This work starts from a content analysis following the steps indicated by (SILVA, GOBBI, SIMÃO, 2005). The results of black democracy show how great contributions of the population to the social and cultural construction of the Africanist country are considered in a Brazilian society.

Keywords: Lélia Gonzales; black Intellectuals; social democracy.

LISTA DE ABREVIATURAS

U.N.E.S.C.O – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

F.N.B – Frente Negra Brasileira

T.E.N – Teatro Experimental do Negro

M.N.U – Movimento Negro Unificado

I.P.C.N – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras

P.T – Partido dos Trabalhadores

C.N.D.M – Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	AS AUSÊNCIAS DE VOZES NEGRAS NO PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO.....	13
2.1	FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO NEGRO BRASILEIRO:.....	13
2.2	PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO:.....	20
3	RESISTÊNCIA NEGRA E MOBILIZAÇÕES.....	22
3.1	O PENSAMENTO SOCIAL SUBORDINADO.....	22
3.2	IMPRESSA NEGRA DE SÃO PAULO.....	23
4	MOVIMENTOS SOCIAIS E A EMANCIPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS: INTELLECTUAIS E ATIVISTAS NA LUTA POR DEMOCRACIA SOCIAL.....	26
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
6	PESQUISA.....	36
6.1	LÉLIA DE ALMEIDA.....	38
7	LÉLIA GONZALEZ – INTELLECTUAL E ATIVISTA EM BUSCA DE DEMOCRACIA SOCIAL.....	40
7.1	O LUGAR DO NEGRO NO BRASIL.....	41
7.2	MULHER NEGRA.....	42
7.3	PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS.....	44
7.4	TRABALHO E EXPLORAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA.....	45
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta analisar como Lélia Gonzalez apresenta uma ideia de Brasil. A população negra tem grande contribuição para a formação da sociedade brasileira, desde o período escravocrata até os dias atuais. Entretanto, devido às marcas ainda presentes da escravização e da falta de integração social após a abolição, essa população representa uma grande massa dos trabalhadores braçais pelas subcategorias de empregos. São os que alimentam o capital industrial monopolista, os marginalizados e geograficamente excluídos, colocados nas periferias das cidades. São vítimas do racismo, enquanto prática ideológica para a manutenção do capitalismo, estabelecendo assim, uma divisão racial do trabalho.

Segundo Gonzalez (1980), o racismo é “um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes”. Além do racismo, esses mecanismos incluem o sexismo, gerando consequências principalmente para as mulheres negras que são as mais atingidas na categoria de subempregos, tanto como a sobrecarga de trabalho, quanto com a baixa remuneração e falta de reconhecimento naquilo que é produzido por elas. As classes dominantes utilizam de suas ideologias, para manutenção do poder e o apagamento da história dessa população, o que diz respeito à luta, às conquistas e ao apagamento histórico. Segundo Domingues (2005, p. 118), “as ideologias são imagens invertidas do mundo real e a relações sociais de dominação as produzem para ocultar os mecanismos de opressão”, esse mesmo mecanismo funciona, no que diz respeito ao reconhecimento e estudos sobre os trabalhos intelectuais realizados pela população negra brasileira.

A razão de se pesquisar sobre esse tema surgiu a partir da minha participação dentro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Etnicidade e Cultura – NEPC, e os debates acerca da teoria social brasileira e o lugar do negro dentro da cultura e da construção social do país, esse trabalho é fruto de um incômodo meu em ter perpassado todo o curso de ciências sociais, ter pago dezenas de disciplinas e não ter conhecido Lélia Gonzalez, mesmo a autora tendo grandes contribuições para o pensamento social e político brasileiro, então parto do meu lugar de mulher negra, pobre e acadêmica para dar espaço as ideias e teorias apresentadas pela autora, como forma de resistência e de quebrar esse silenciamento.

Considerando que, o debate tardio na categoria de raça dificulta o acesso a compreensão de identidade pessoal e coletiva e a luta pela democracia social. A visão única universal eurocêntrica em relação ao negro pode ser prejudicial para um debate sobre cidadania brasileira.

Esse trabalho é de grande importância para a academia, o curso de ciências sociais, pesquisadores de questões raciais, de gênero, raça e classe dentro da perspectiva antirracista. Para compreender melhor a perspectiva de pensamento sobre o Brasil e as relações sociais, a inserção do negro dentro da categoria cidadão e as questões que perpassam o racismo e adentra na cultura brasileira tendo o negro como protagonista.

Na contramão dos clássicos dentro da teoria social brasileira, esse trabalho vem dando voz e vez ao pensamento social brasileiro elaborado pelos intelectuais negros, tendo como protagonista Lélia Gonzalez que foi atravessada pela interseccionalidade de raça, gênero e classe. Ao compreendermos o pensamento e perspectivas da autora estaremos visualizando a teoria social brasileira ampliando a discussão sobre cultura, cidadania, gênero, raça, empoderamento, racismo, a questão negra no Brasil, debate sobre classe social, feminismo negro e todas as questões que perpassam sobre ser mulher, negra, periférica, quilombola, militante do movimento negro, movimento de mulheres negras e mulher intelectual atuante, tendo em vista que, essa pesquisa vai adentrar na vida e na produção intelectual da autora.

Para tal análise irei utilizar do pensamento social brasileiro para fazer um resgate nas políticas raciais no Brasil com o objetivo de compreender o papel do governo brasileiro após o período escravocrata, analisar a ação da militância na luta antirracista e articular a trajetória de vida, ideias, reflexões o trabalho intelectual como forma de ativismo e a sua luta pela democracia, logo estimulando um olhar ampliado sobre a sociedade e suas diferenças, contribuindo de forma significativa para visibilidade de autores e intelectuais negros(as) e sua compreensão de mundo.

Lélia de Almeida como foi registrada, nascida em 1935 em Belo Horizonte, dezoito irmãos, mãe indígena e pai negro ferroviário. Formada em história e filosofia; pós-graduada em comunicação e antropologia; com cursos livres em sociologia e psicanálise, falecida em 1994 no Rio de Janeiro, a autora possui um currículo enriquecido em publicações, livros, participações em congressos nacionais e internacionais, uma das figuras centrais para reformulação e pensar a teoria social brasileira, na luta por igualdade e justiça social¹. Afinal, como a autora faz essa relação de vida acadêmica e justiça social? Quais são os meios utilizados por ela para essa luta?

Assim esse trabalho está estruturado, da seguinte forma: 1) Introdução; 2) As ausências de vozes negras no pensamento social e político brasileiro; 3) Resistência negra e mobilizações; 4) Movimentos sociais e a emancipação de mulheres negras: intelectuais e ativistas na luta por

¹ Informações obtidas através do livro da bibliografia de Lélia Gonzalez (RATTS, RIOS, 2010)

democracia social; 5) Procedimentos metodológicos; 6) Pesquisa; 7) Discussão dos resultados; 8) Considerações finais.

2 AS AUSÊNCIAS DE VOZES NEGRAS NO PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO

2.1 FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO NEGRO BRASILEIRO:

A escravidão no Brasil perdurou por mais de trezentos anos “caracterizou-se pela apropriação do esforço humano para objetivos mercantis determinados. O homem negro escravo era entendido como um bem mercantil”². O negro escravizado no Brasil movimentava toda economia brasileira através da exportação e da agricultura, segundo Monteiro (2019, p.3), “os escravos representavam meio de acumulação de capital e o próprio capital” foi através desse ideal que a escravidão perdurou por longos anos, a abolição e os direitos dos negros escravizados trazidos da África e os nascidos no país, foi uma conquista lenta e de passos que até hoje no século vinte e um estamos a caminhar.

A ideia do liberalismo foi um dos passos para o fim da escravidão, segundo Padro (2005, p.20 apud MONTEIRO, 2019, p.2) no Brasil Império a dicotomia do liberalismo econômico e a escravidão fica cada vez mais evidente com a Revolução Francesa e a luta do homem por liberdade e direitos, no Brasil dá fruto a constituição de 1824, igualdade e liberdade para todos os brasileiros, por sua vez, não contempla a população escravizada no país, apenas garante a cidadania dos homens brancos. Os negros que chegaram no país através dos navios negreiros não eram considerados cidadão só aqueles nascidos no país³. Com o fim da escravidão em 1881, “O Estado entendeu que a concessão da liberdade tornava os escravos responsáveis por si mesmos, estando ele e os ex-senhores de escravos desobrigados com os libertos” (MONTEIRO, 2019, p.8).

O fim da escravidão veio como solução para os escravocratas, que visualizando o fim da escravidão na Europa e o problema socioeconômico no Brasil⁴, compreendia a libertação dos negros como um ganho no sistema econômico e desenvolvimentista no país.

² (FERNANDES, 2004, p. 366-367 Apud MONTEIRO 2019, p.2)

³ Dispunha o art. 6, inciso I, da Constituição de 1824: São Cidadãos Brasileiros: I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação. (CONSTITUIÇÃO, 1824 apud MONTEIRO, 2019, p.3)

⁴ Com o processo de industrialização da Europa o Brasil fica sempre atrás, pois sua estrutura econômica era baseada no trabalho escravo e com isso existia uma forte pressão internacional para o fim da escravidão no Brasil visando lucro e em busca de relações mais fortes. (MONTEIRO, 2019, p. 4)

A pobreza a que a sociedade escrava estava submetida foi completamente ignorada pela elite brasileira, que desenvolveu e promoveu o discurso falacioso do Brasil como democracia racial, com a finalidade de retardar o fim da escravidão. Essa imagem do Brasil como uma “democracia racial” não foi o motivo único do adiamento da abolição; os reais motivos devem-se ao desenvolvimento tardio do capitalismo liberal-democrata (HANCHARD, 2001, p. 67 apud MONTEIRO, 2019, p. 5).

O movimento abolicionista teve um papel de destaque na luta pela liberdade, esse processo revelou-se como um verdadeiro movimento de transformação social, no qual a elite visualizava uma grande ameaça aos seus ideais, pois “a abolição tornou-se o centro da discussão política na década de 1870”⁵. O movimento perdeu força após o fim da escravidão, e os negros se viam sem políticas ao seu favor e sem espaço de luta e reivindicações “a mudança de status do negro, de escravo para cidadão, não gerou a transformação imediata das relações sociais. Na prática, a liberdade era a liberdade de tornar-se mão de obra no mercado de trabalho”⁶. Do outro lado o Estado Brasileiro após a abolição buscava estratégias para incorporar o negro na sociedade brasileira. Como ficaria a questão do cidadão brasileiro para dentro e fora do país?

O Brasil diferente de alguns países colonizados tinha uma preocupação eminente, principalmente as elites, de como colocar o negro agora ex-escravizado na categoria de cidadão. A Europa foi ponto de partida para essa discussão, pois era compreendida como superior e fonte de conhecimento e entendimento do que é certo e válido como compreensão da sociedade, assim como aconteceu com todos os países colonizados,

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. (QUIJANO, 2005, p.118)

No Brasil o que estava em jogo através de identidades diversas e culturais, era o questionamento de como unir tudo e definir uma nação, um só povo, uma só nacionalidade? Alguns intelectuais brasileiros foram em busca dessa resposta, são eles: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, etc”.⁷ Dentro desse debate existiu várias especulações, teorias levantadas por esses e outros estudiosos da área, como forma de branquear o país, para que fossem bem vistos por todos.

Romero acreditava que ao passar dos anos a população brasileira iria predominar-se branca, compreendia a mestiçagem como forma transitória para esse processo, assim, a população ficaria cada vez mais branca e esqueceria dos meios que lembrassem essa mistura de

⁵ (PRADO, 2005, p.64 apud MONTEIRO, 2019, p.8)

⁶ (IANNI,1987, p.320-321 apud MONTEIRO, 2019, p. 10)

⁷ (MUNANGA, 1999, p. 52)

raças. Um processo que levaria alguns séculos, segundo o autor, mas seria concluído devido a chegada dos imigrantes Europeus que cada vez mais vinha predominando no território brasileiro.

Discordando do ponto de vista de Romero, que com o passar do tempo através da mestiçagem a população embranqueceria, Raimundo Nina Rodrigues afirma que não é possível isso acontecer, pois o indivíduo será fruto da evolução ontogênica⁸.

A regra do contrato na sociedade brasileira, que considera todos os indivíduos iguais perante a lei, que é uma medida de defesa social, é converte-se em pura repressão: índios, negros e mestiços não têm a mesma consciência do direito e do dever que a raça branca civilizada, porque ainda não atingiram o nível de desenvolvimento psíquico, seja para discernir seus atos, seja para exercer o livre-arbítrio. (MUNANGA, 1999, p. 54)

Através da responsabilidade penal atenuante, Rodrigues acreditava que a dificuldade para construção de uma identidade única e nacional seria a criação de uma legislação da diferença, utilizando a repressão policial. Para o autor, a influência do negro, seja no sangue, na mente ou na extensão territorial sempre inferiorizaria a população brasileira, estava mais para enegrecer do que embranquecer essa população⁹. Para explicar a instabilidade do mestiço defendida por Romero, Euclides da Cunha vê o mestiço enquanto um intruso “Surgiu de repente, sem caracteres próprios, oscilando entre influxos opostos de legados discordes¹⁰”. O autor acreditava que esse novo produto seria o sertanejo constituindo assim uma raça, por acreditar em sua força e resistência. Para Euclides, “o mestiço seria sempre um desequilibrado e só a raça sertaneja poderia constituir a raça brasileira”.¹¹

O intelectual Gilberto Freyre surge em 1930 com um cenário de novas demandas e perspectivas dessa ideia de miscigenação, com uma busca por orientação política e social do país.¹² Freyre foi uma grande figura para a valorização da mistura de raças, de culturas e valorização do povo brasileiro enquanto unidade racial, analisava o país como uma democracia racial, por acreditar que todos eram vistos como iguais, socialmente e economicamente, como as mesmas oportunidades de ascensão independente da cor.¹³

⁸ “A evolução Ontogênica é uma simples recapitulação abreviada da evolução filogênica, o que significa que o indivíduo herda os traços somáticos e o estágio mental correspondente à sua raça. Por isso, o atavismo pode se manifestar nos produtos de cruzamentos inter-raciais.” (MUNANGA, 1999, p. 54)

⁹ Ibidem, p. 56-7.

¹⁰ (MUNANGA, 1999, p. 58)

¹¹ Ibidem, p. 60.

¹² Ibidem, p. 78.

¹³ O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiça biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira. (MUNANGA, 1999, p. 80).

Alberto Torres parte da perspectiva de que não dá para se construir uma nação através da raça homogênea, não na contemporaneidade. Um país jovem, uma nação feita de diversidade raciais e culturais. “Construir uma nacionalidade artificial, contrariamente à condição de nação como conjunto de tradições comum.”¹⁴

Os trabalhos recentes em antropologia e arqueologia (por ex., F. Boas e Ratzel) ajudaram Torres a rejeitar a doutrina racista e as ideias de desigualdade racial e da inferioridade étnica do Brasil(...) A verdadeira raiz do problema nacional, na opinião dele, estava na alienação das elites da realidade nacional. Foi por isso que elas se tornaram presa fácil das teorias de degenerescência propagadas pelos racistas europeus. (MUNANGA, 1999, p.61-62)

Manuel Bonfim, parte do mesmo pensamento, analisa a construção da nacionalidade brasileira através de uma pesquisa histórica com o objetivo de compreender o atraso do Brasil em relação aos outros países da América Latina. O autor denuncia a política populacional e social brasileira, pós abolicionismo que não deu nenhum aparato ao ex-escravizado, colocando como salvação para esse problema a educação.¹⁵

Essas abordagens do fim do século XIX e início do século XX ideológicas, científicas, analíticas, dentro de um arcabouço de intelectuais que estudaram e investigaram essa questão, refletem hoje em dia uma dificuldade dos negros e mulatos entenderem sua identidade e se mobilizarem em pró de seus direitos¹⁶, de conhecer sua história e reconhecer seu poder intelectual e cultural dentro da estrutura social brasileira.

O apagamento de vozes negras no pensamento social brasileiro, se dá, através do que Santos (2009, p.10) chama de epistemicídio, algumas formas de saberes locais, de epistemologias¹⁷ que são inferiorizados, apagados, por não serem reconhecidos como válidos, assim desperdiçando-se culturas desse local, através do colonialismo e capitalismo moderno.

O autor explica essa separação através de linhas que dividem realidades, e por sua vez são tão radicais tanto um apagamento de tudo que é produzido do outro lado, essas linhas são compreendidas através do pensamento abissal¹⁸, como lados verdadeiros e falsos, “em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. O carácter exclusivo

¹⁴ Ibidem, p. 61.

¹⁵ Ibidem, p. 62.

¹⁶ (MUNAGA, 1999, p. 51)

¹⁷ Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. (SANTOS, 2009, p.10)

¹⁸ O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. Ibidem, 2009, p.23

deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não-científicas de verdade”.¹⁹

Estas tensões entre a ciência, a filosofia e a teologia têm sido sempre altamente visíveis, mas como defendo, todas elas têm lugar deste lado da linha. A sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso (SANTOS,2009, p.23).

Essa linha é uma linha global²⁰ que separa o novo e o velho mundo, no qual, o velho mundo é compreendido como algo atrasado, desperdiçando sua intelectualidade, compreensão de mundo, cultura tem seu ponto de vista invalidado, são os que estão com a “localização territorial e está coincidiu historicamente com um território social específico: a zona colonial” em proveito de contextos históricos e culturas, voltada para um mundo moderno os que domina o modo de ser, pensar e saber sobre o mundo, menosprezando e ocultando outros saberes,

A modernidade ocidental, em vez de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza, separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemónico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efetivamente como não-existente o estado de natureza. O presente que vai sendo criado do outro lado da linha é tornado invisível. (SANTOS, 2019, p.28)

Desta maneira, a modernidade acaba por se tornar uma ponte para essa linha abissal, que não ficou restrito apenas na passagem do estado de natureza para sociedade civil, que vem fortemente nos dias atuais, através da violência tanta física como epistemológica dessas pessoas do outro lado da linha, o lado Sul. O autor explica melhor como ocorre esse tipo de violência, do outro lado da linha o lado Norte, se utiliza da lógica de regulamentação e emancipação para se impor, em contramão o lado Sul sofre da lógica de apropriação e violência, sendo apenas reconhecido o direito das coisas, sem da importância a humana. “A exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social. A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna.”²¹

A categoria de exclusão e a sub-humanidade moderna, também entra no debate de QUIJANO (2005), que comenta sobre a modernidade e a colonialidade dentro da categoria de raça e como o processo de globalização tornou a América como novo padrão de poder, o país

¹⁹ Ibidem,2009, p.23

²⁰ O autor divide a linha global politicamente, no qual o lado Norte os países economicamente dominantes, enquanto o lado Sul os países periféricos.

²¹ (SANTOS, 2019, p. 30)

colonizador, em relação aos países da América latina, os países localizados no lado Sul do globo,

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. (QUIJANO,2005, p.117)

Essa ideia de dominação foi universalmente colocada pelos colonizadores, como esse novo modelo padrão de poder e dominação, em todas as instâncias, física, intelectual, controle do trabalho dos recursos. Sendo a raça um critério fundamental para a ocupação de espaço e lugares na sociedade. A raça constitui a classificação básica da população mundial.²²

Dentro dessa perspectiva, de apagamento e exclusão, dentro do pensamento social e político brasileiro, Brandão (2005) faz uma pesquisa, que tem como objetivo, através de entrevistas a cientistas sociais brasileiros, elencar quais foram os autores mais importantes para se compreender e discutir o pensamento social e político brasileiro,

Com efeito, em uma pesquisa feita artesanalmente com um pequeno, mas sênior grupo de cientistas sociais, sobre quais seriam as obras e autores brasileiros mais importantes do século XX, as respostas não indicaram estudos teóricos ou empíricos executados segundo bons manuais método lógicos, mas Casa Grande&Senzala (1933) e Sobrados e Mucambos (1936), de Gilberto Freyre; Formação Econômica do Brasil (1954), de Celso Furtado; Os Donos do Poder (1958), de Raymundo Faoro; Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; Coronelismo, Enxada e Voto (1948), de Victor Nunes Leal; Formação do Brasil Contemporâneo (1942) e Evolução Política do Brasil (1933), de Caio Prado Júnior; A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá (1952) e A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1964), e outros, de Florestan Fernandes; Populações Meridionais do Brasil (1920) e Instituições Políticas Brasileiras (1949), de Oliveira Vianna; e Os Sertões (1902), de Euclides da Cunha (Schwartzman,1999 apud Brandão, 2005, p. 233)

Aqui analisamos que não se tem autores autodeclarados negros com obra importante para estudar sobre a teoria social brasileira, ou seja, não são colocados enquanto clássicos. O olhar que se estuda e compreende o Brasil é um olhar restrito a esses intelectuais. Esse apagamento dos intelectuais negros, em destaque a intelectual negra é feito através do que Grosfoguel (2016) chama de racismo epistemológico,

A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. (Grosfoguel,2016, p. 25)

Esse racismo epistemológico é fruto da legitimidade que se tem em relação ao conhecimento e, a validação daquilo que se é produzido pela Europa, em especial aos homens, que reproduz o racismo/ sexismo epistêmico. Através dessa perspectiva, de invalidação do

²² (QUIJANO,2005, p.118)

conhecimento produzido por homens e mulheres ocidentais, a concepção de epistemicídio também é trabalhado por Sueli Carneiro²³, na perspectiva brasileira dos efeitos, consequências e seus desafios, em meio a discussão sobre o silenciamento de vozes negras, enfatizo uma das maiores intelectuais negra brasileira, e sua contribuição

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Negando assim o conhecimento e o acesso aos saberes que foi produzido por mulheres negras, ao mesmo tempo que se é negligenciando o acesso ao conhecimento a visão de compreensão de mundo através das nossas perspectivas e vivências, “é uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural quem em outros casos lhe é imposta”²⁴.

Para mudar essa visão de mundo de subalternização e violência, Santos (2019) pauta uma nova epistemologia, com o objetivo de ter um diálogo entre os pais e culturas, de maneira conjunta e não de sobreposição ou dominação. As Epistemologias do Sul, no plural, pois o objetivo aqui é unir, juntar as ideias, os pensamentos, que antes eram tratados como inferior, não valorizados dentro da epistemologia dominante. “Aqui, o colonial é uma metáfora daqueles que entendem as suas experiências de vida como ocorrendo do outro lado da linha e se rebelam contra isso.”²⁵ A valorização do conhecimento local, de produção local através dos olhares e diálogos dessas pessoas que foram marginalizadas, por aqueles tidos como únicos pensantes no globo, a emergência desses saberes que nos foi negado. Esse trabalho vai de encontro a essa ideia de valorização do pensamento do negro, do seu ponto de vista epistêmico, suas contribuições para compreensão e pensar a condição do negro brasileiro. E isso reflete na exclusão de mulheres negras dentro da produção intelectual, que perdura até os dias atuais, como relatado na introdução desse trabalho, a minha vivência dentro da academia e o não conhecimento de tais problemáticas.

²³ A Abordagem será feita através do capítulo 3 – “do epistemicídio”, de sua tese de doutorado (2005).

²⁴ (CARNEIRO, 2005, p.97)

²⁵ (SANTOS, 2005, p. 33)

2.2 PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO:

Para iniciarmos esse tópico é preciso compreender o pensamento social e político brasileiro como uma área de estudo recente, com pouco mais de 30 anos de estudos e análises. Uma área que não possui um objeto bem definido de estudo, na qual, as ciências sociais não têm uma metodologia única sobre o que é esse pensamento brasileiro, porém, utilizam-se dos clássicos como algo em comum em seus estudos.²⁶

A relação entre Estado e Sociedade, na perspectiva teórica, são apontadas como clássicas do pensamento social e político brasileiro, são os temas mais abordados pelos autores clássicos em suas obras²⁷, a área das ciências sociais dentro dos estudos sobre a formação social e política do país tem relação direta com a cultura, política, cidadania, entre outros temas, trazendo a ênfase para as ciências sociais e suas três disciplinas bases a sociologia, antropologia e a ciência política (SCHWARCZ, BOTELHO, 2011, p. 13) que são as áreas que vamos aprofundar essa discussão. No qual, por sua vez, traz um debate interno sobre a:

Transmissão e recepção das diferentes formas de conhecimento; a visão dos detentores do conhecimento como um grupo maior e mais variado do que antes; o interesse pela vida intelectual cotidiana de pequenos grupos (...) e o interesse por novas clivagens como as de gênero, idade, região e raça e suas inflexões no pensamento social e na produção cultural. (SCHWARCZ, BOTELHO, 2011, p. 13)

Esses debates estão sendo colocados dentro dessas pesquisas, como forma de questionar, investigar e trazer novas perspectivas de visão daquilo que já foi estudado, ou de dar visibilidade para ideias de grupos²⁸, que através de suas vivências e relações sócias, constitui novas teorias e abre um leque para debates das teorias já existentes.

Como a vida social envolve não apenas estruturas e recursos materiais, como também imateriais— culturais, simbólicos e políticos —, é preciso agora avançar no conhecimento de como estes últimos, em interação histórica contingente com os primeiros, podem ou não influenciar a ordem social de que fazem parte e também serem elementos relevantes para as possibilidades de ação coletiva e mudança social. (SCHWARCZ, BOTELHO, 2011, p. 13)

²⁶ (SILVA, 2018, p.43).

²⁷ [...] Casa Grande & Senzala (1933) e Sobrados e Mucambos (1936), de Gilberto Freyre; Formação Econômica do Brasil (1954), de Celso Furtado, Os Donos do Poder (1958), de Raymundo Faoro; Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; Coronelismo, Enxada e Voto (1948), de Victor Nunes Leal; Formação do Brasil Contemporâneo (1942) e Evolução Política do Brasil (1933), de Caio Prado Júnior; A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá (1952) e A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1964), e outros, de Florestan Fernandes; Populações Meridionais do Brasil (1920) e Instituições Políticas Brasileiras (1949), de Oliveira Vianna; e Os Sertões (1902), de Euclides da Cunha (Schwartzman, 1999). (BRANDÃO, 2005 apud SILVA, 2018, p. 45)

²⁸ (SCHWARCZ, BOTELHO, 2011, p. 13)

Segundo Brandão (2005), a sociologia desbanca com a literatura, formas dominantes de compreender a sociedade, tendo um entendimento do que aconteceu de errado, até então com uma visão de mudança e melhorias no “pensar o pensamento”.

E sai da periferia para a cidadania intelectual plena apenas no final do século, quando a exaustão do Estado nacional- desenvolvimentista se manifesta por todos os poros, a especialização exacerba a fragmentação do mundo intelectual, a sociedade se vê diante do imperativo de reformular suas instituições e redefinir seu lugar no mundo; e uma comunidade acadêmica consciente de sua própria força pode, enfim, confessar suas dívidas intelectuais para com os ensaístas. (Brandão, 2005, p. 235)

É através dessa perspectiva de uma nova/reformulada teoria social brasileira, que vamos compreender o pensamento social político negro que, um pensamento não foi muito debatido em sala de aula, livros didáticos e/ou dentro das pesquisas.

3 RESISTÊNCIA NEGRA E MOBILIZAÇÕES

3.1 O PENSAMENTO SOCIAL SUBORDINADO

Esse apagamento de vozes negras no pensamento social e político brasileiro junto ao racismo epistemológico, dá fruto aqui no Brasil com a formulação do mito da democracia racial²⁹ que alimenta o pensamento da elite brasileira com “mecanismos discriminatórios que sucede na biografia de cada negro”.³⁰

A sociologia do negro é, por essas razões, mesmo quando escrita por alguns autores negros, uma sociologia branca. E quando escrevemos branca, não queremos dizer que o autor é negro, branco, mulato, mas queremos expressar que há subjacente um conjunto conceitual branco aplicado sobre a realidade do negro brasileiro, como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dinâmico de um problema dos mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira. (MOURA, 2019, p.32)

O espaço acadêmico em especial a área das ciências sociais é o espaço, no qual, o autor vai se debruçar sobre esse preconceito acadêmico, que de forma direta ou indireta se alimenta desses pensamentos, da postura racista, da sociologia do negro brasileiro e da imparcialidade científica³¹. O período escravocrata e o pós-escravocrata refletem até hoje na sociedade, os seus danos e efeitos, seja na história mal contada desse período ou da ocultada referente a ele, para que possamos de fato conhecer a história do negro brasileiro. Muitos dos pesquisadores dessa área, sociólogos e historiadores, não abordam as características sociais, políticas e econômicas dessa época, esquecem de investigar o aparato fundamental da luta do escravizado contra o Estado³², em busca de dignidade e direitos, principalmente pós-escravização e na busca por cidadania.

A mudança de perspectiva de estudar o negro dentro da sociologia brasileira, aconteceu após uma pesquisa patrocinada pela UNESCO, desvendando os mecanismos do racismo no Brasil, levantando pautas em relação a mobilidade social do negro, ascensão social, as limitações criadas através do racismo e como o Estado se utilizava dessa democracia racial para não enxergar esses dilemas.

²⁹ O mito da democracia racial é utilizado para esconder a realidade social e discriminatória. “Era mais um mecanismo de barragem a ascensão da população negra aos postos de liderança ou prestígio, quer social cultural ou econômica” (MOURA, 2019, p.56)

³⁰ Ibidem, 2019, p.39

³¹ Pesquisadores dos problemas sociais e raciais, nega a compreensão do negro enquanto sujeito de sua história e o transforma em simples objeto de laboratório. Ibidem, 2019, p.34.

³² Ibidem, 2019, p. 45

Desse momento de reflexão surgem várias entidades negras de reivindicação, não apenas pesquisando dentro de simples parâmetros acadêmicos, mas complementando-os com uma práxis atuante, levando questões, analisando fatos, expondo e questionando problemas, e, finalmente, organizando o negro, dessa reflexão crítica, para que os problemas étnicos sejam solucionados. (MOURA, 2019, p.57)

Essa nova práxis coloca o negro como “sujeito ativo no processo de elaboração do conhecimento científico” o que reflete em “um ser pensante que é intelectualmente atuante articula uma ideologia na qual une-se a ciência e a consistência”³³. Apesar de todos os avanços feitos, ainda existe muita resistência, por parte da comunidade acadêmica em reconhecer essas ideologias, o negro como intelectual, a junção de teoria e a prática através de uma ciência crítica, apoiando uma ciência neutra.

Uma encruzilhada se formara a partir dessas conclusões a respeito do estudo do negro brasileiro, em relação a como a academia tratara desse assunto. De um lado um grupo de intelectuais e estudiosos preocupados em resultados em produção acadêmica, que servira apenas para títulos universitários, do outro um grupo que irá testar na prática a sua pesquisa através da “luta dos negros e demais segmentos, grupos e/ou classes interessadas na reformulação da sociedade brasileira se dinamizarem política, social e cientificamente”³⁴.

Para além de títulos universitários e uma ciência neutra, esse grupo está resolvendo problemas sociais, que gira em torno desse debate e fazendo análises críticas e profundas a respeito do pensamento negro e social brasileiro.

3.2 IMPRESSA NEGRA DE SÃO PAULO

Não cabe aqui detalhar contextos históricos e pontos de vistas distintos, essa secção vem com o objetivo de abordar os primeiros intelectuais negros que surgiram em 1915 e mostrar que através do pensamento subordinado discutido anteriormente e da intelectualidade orgânica de Gramsci, esses intelectuais foram necessários para esse debate naquela época, tendo como ponte de divulgação dos seus trabalhos e denúncias o jornal.

A imprensa negra de São Paulo, surgiu em 1915 e vai até 1963, período conhecido como a Nova República é pouco reconhecida dentro do ramo de comunicação no Brasil, mas um importante veículo de comunicação, denúncia e intelectualidade dentro da comunidade negra

³³ (MOURA, 2019, p. 45)

³⁴ Ibidem, 2019, p. 58

daquela época.³⁵ A imagem da imprensa era marginalizada, e visualizada por um olhar branco e racista que rebaixava suas publicações,

Assim como o negro foi marginalizado social, econômica e psicologicamente, também foi marginalizado culturalmente, sendo por isso, toda a sua produção cultural considerada subproduto de uma etnia inferior ou inferiorizada. (MOURA, 2019, p. 242)

Segundo (SILVA, 2018, p. 31) “A imprensa negra paulista é concebida por intelectuais negros que se colocam numa atividade de formação ideológica e de orientação do seu grupo político”. Por se colorem nessa posição de grupo político, não eram validados enquanto intelectuais e visto sempre, como subproduto da sociedade. Mas o que seria essa intelectualidade, o que podemos considerar intelectual?

Quais são os limites “máximos” da aceção de “intelectual”? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) encontram no conjunto geral das relações sociais. (GRAMSCI, 2004, apud, SILVA, 2018, p.31)

Compreendido nessa perspectiva de intelectualidade como um conjunto geral das relações sociais, enquadro aqui a categoria da imprensa negra de São Paulo, que apesar de toda escassez e falta de recursos e investimento, informava, realizava atividades comunitárias, davam esperança ao povo negro, recitava poesias, abria espaços para toda forma de arte e tinha uma preocupação constante que o negro deveria educar-se para poder adentrar no espaço dos brancos, assim ter uma ascensão social. “Os jornais servem, portanto, para indicar, através de regras morais, o comportamento que deveriam seguir os membros da comunidade negra”.³⁶

A imprensa negra de São Paulo foi dividida em três períodos distintos, no primeiro o foco é no integrar o negro a sociedade branca (1915-1923) a segunda fase o período que vai até o Estado novo e tem como grande destaque o jornal Clarim da Alvorada (1924), em 1931 a Frente Negra Brasileira e o jornal Voz da Raça em 1933, e o terceiro período que acontece com a grande filiação dos indivíduos dos grupos negros a partidos políticos.³⁷ Os jornais e as organizações feitas através deles, foram um dos primeiros passos de mobilização da

³⁵ (MOURA, 2019, p. 241)

³⁶ Ibidem, 2019, p. 243

³⁷ (MOURA, 2019, p. 246)

comunidade negra de ter voz e se colocar em ambientes não legitimados para eles. E a partir de sua voz, discutir sobre raça

A imprensa negra reflete como os negros articulam esse conceito em relação a si mesmos. Oprimidos socialmente e discriminados etnicamente, estigmatizados pela sua marca étnica, os negros concentraram nessa marca o potencial de sua revalorização simbólica, do reencontro com a sua personalidade. Daí por que se referem á “raça”, á “nossa raça” sempre em nível de exaltação, pois tudo aquilo que era para sociedade discriminadora é negativo passa a ser positivo para o negro, e esse fenômeno se refere a sua imprensa. (MOURA, 2019, p. 249-250)

Foi através da imprensa negra que aconteceram os primeiros movimentos/ encontros dos trabalhadores e mobilização organizada em pró de mudança e reivindicação dos seus direitos e do seu papel enquanto cidadão brasileiro.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS E A EMANCIPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS: INTELLECTUAIS E ATIVISTAS NA LUTA POR DEMOCRACIA SOCIAL

Para compreender o papel da mulher negra na sociedade, seus direitos, oportunidades, espaço político e ativismo é preciso compreender o papel multifuncional da mulher negra, partindo da sociedade escravagista, pois, “a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação³⁸”.

É nessa sociedade que compreendemos a exploração das mulheres negras, seja no trabalho excessivo e/ ou na exploração sexual e reprodutora³⁹. A mulher negra não era vista como as outras mulheres, mães, esposas, donas de casa e sim como trabalhadora da lavoura, arrumadeira, cozinheira da casa grande e propriedade exclusiva do patrão.

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fosse homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 19)

As mulheres negras que amamentavam precisavam deixar seus filhos em casa ou levar para as lavouras enquanto fazia o trabalho pesado, as mulheres grávidas também tinham que trabalhar, muitas dessas mulheres não conseguiam seguir o ritmo de trabalho que era imposto a elas, com exaustão dores nos seios por conta do leite e a impossibilidade de alimentar durante o dia, eram chicoteadas e punidas pelo seu mau desempenho, as mulheres grávidas eram tratadas com mais apatia, já que, “Os proprietários valorizavam uma criança escrava nascida com vida do mesmo modo que valorizavam bezerros ou potros recém-nascidos.”⁴⁰

As mulheres negras resistiam ao abuso sexual dos homens branco, muitas delas conseguiam fugir para o Norte do Estados Unidos⁴¹, outras eram capturadas e punidas por esse ato. “Entre 1642 e 1864, comunidades formadas por escravos fugidos e seus descendentes eram encontradas em toda parte do Sul”⁴², outras formas de resistir a essa condição se associava a “aprender a ler e escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento

³⁸ (DAVIS,2016, p.17)

³⁹ Como o fim do tráfico internacional e a ampliação da indústria de algodão as mulheres negras foram exploradas na sua capacidade reprodutiva para ampliação da população escravizada. “Elas eram “reprodutoras”- animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar”. (DAVIS,2016, p.19). As mulheres negras não tinham poder **sobre** seus filhos, suas crianças poderiam ser vendidas e separada das mães em qualquer idade, era propriedade do patrão e a ele cabia a escolha.

⁴⁰ (DAVIS,2016, p.22)

⁴¹ O sistema fabril nos Estados Unidos e a industrialização levou o lado Norte do País a um processo de abolição dos escravizados enquanto o Sul ainda não tinham resistência a esse processo, de tornar os ex- escravizados em homens e mulheres livres.

⁴² Ibidem,2016, p.34

aos demais”⁴³, um exemplo de liderança e resistência dessa época é Harriet Tubman uma ex-escravizada que conduziu centenas de escravos na rota da liberdade, com o aprendizado que teve de seu pai sobre mata e sobrevivência, Tubman deu dezenove viagens ida e volta ao Sul. “O que ela fez foi simplesmente expressar sua própria maneira o espírito de força e perseverança conquistado de tantas mulheres de seu povo”.⁴⁴

As mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a ele no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. (DAVIS, 2016, p.35-36)

Essa relação de igualdade também era oferecida em seus espaços particulares, como nas atividades domésticas realizadas dentro da comunidade escravizada. Uma das diferenças entre os homens e mulheres negras durante esse período era a punição, o estupro, que era utilizado como uma arma de repressão e dominação diante da mulher negra e de desmoralização dos seus companheiros.

No movimento abolicionista, as mulheres negras tiveram um importante papel na libertação do povo escravizado e na luta por direitos, com o apoio das mulheres brancas que se identificavam com a dor e a luta dessa população que ficavam indignadas com o abuso sofrido pelas mulheres negras, estupro, exploração do trabalho e negação a maternidade. “Ao longo da década de 1830, as mulheres brancas- tanto as donas de casa como as trabalhadoras- foram ativamente atraídas para o movimento abolicionista⁴⁵”.

As mulheres de classe média eram as que mobilizavam a luta abolicionista, na era da industrialização essas mulheres perderam o interesse por ser dona de casa, não se sentiam valorizadas em seu trabalho, viam a necessidade de fazer algo mais, com isso dava seu tempo e influencia para as causas sociais⁴⁶, já as mulheres brancas que trabalhava apesar de livres se comparavam as mulheres negras, por terem trabalhos mal remunerados e por serem exploradas através da sua força de trabalho.

⁴³ Ibidem,2016, p.34

⁴⁴ Ibidem,2016, p.35

⁴⁵ (DAVIS, 2016, p. 47)

⁴⁶ “O movimento antiescravagista oferecia às mulheres de classe média uma oportunidade de provar seu valor de acordo com parâmetros que não estavam ligados a seus papéis como esposas e mães”. Ibidem 2016, p. 51

A luta pela liberdade e direitos das mulheres teve início dentro desse contexto do abolicionismo, as mulheres brancas de classe média queriam ter voz dentro das assembleias para defender seu ponto de vista, ter voto dentro das questões que eram levantadas e igualdade dentro do casamento.

O foco enfático da declaração de Seneca Falls era a instituição do matrimônio e seus vários efeitos prejudiciais às mulheres: o casamento roubava delas seu direito à propriedade, tornando-as economicamente e moralmente dependentes de seus maridos(..) A importância inestimável da declaração de Seneca Falls residia em seu papel como expressão da consciência sobre os direitos das mulheres em meados do século XIX. Tratava-se do resultado teórico de anos de contestações inseguras e muitas vezes silenciosas, voltadas a uma condição política, social, doméstica e religiosa que era contraditória, frustrante e claramente opressiva para as mulheres da burguesia e das classes médias emergentes(...) em outras palavras, a declaração de Seneca Falls propunha uma análise de condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento. (DAVIS, 2016, p.63-64)

As mulheres que trabalhavam para se manter, não tinha o privilégio de ter pai ou família rica e influenciável nessa época, trabalhavam em fabricas têxteis jovens que largava sua família muitas delas filhas de agricultores, para se dedicar a um trabalho exaustivo e precário, sem direitos a uma alimentação de qualidade e um alojamento decente, cansadas dessa situação as trabalhadoras reenviaram seus direitos, “ fim dos anos 1820- bem antes da Convenção de Seneca Falls, em 1848-, organizaram “paralisações” e greves, militando contra a dupla opressão que sofriam, como mulheres e como operarias”⁴⁷. Após a convenção, muitas das mulheres filhas de agricultores deixaram as fábricas, agora quem ocupava as fábricas têxteis eram as imigrantes que não tinham como contestar sobre as condições de trabalho, pois, não tinha ninguém por elas apenas sua força de trabalho e de sobrevivência. “E lutavam com tanta determinação que, “nos anos 1840, as mulheres eram as líderes da militância operária do Estados Unidos”⁴⁸.

No Sul, elas se revoltaram contra a escravidão e, no Norte, contra uma ambígua condição de liberdade chamada racismo. Embora pelo menos um homem negro tenha participado das conferências em Seneca Falls, não havia uma única mulher negra na audiência(...). À luz do envolvimento das organizadoras com o abolicionismo, deveria ser perturbador o fato de as mulheres negras serem totalmente desconsideradas. (DAVIS, 2016, p.67)

Contraditório e repulsivo, uma revolução que teve início pela força e pautas defendidas pelas mulheres negras não ter uma se quer, para representar e falar sobre suas dores e opressões. As mulheres negras são peneiras dentro do movimento de mulheres contra a repressão e o sexismo como vimos desde a abolição, não foi diferente na luta pela vida, pela educação para

⁴⁷ Ibidem, 2016, p. 65

⁴⁸ Ibidem, 2016, p. 66

todos⁴⁹ e ao direito de ser ouvida e respeitada, como ficou marcada em seu discurso “não sou eu uma mulher?” no qual Sojourner Truth enfrentou todos que estavam na primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres. “Enquanto única mulher negra a participar da convenção de Akron, Sojourner Truth fez o que nenhuma de suas irmãs tímidas brancas foi capaz de fazer”.⁵⁰

Quatro séculos após a abolição da escravidão, as mulheres negras ainda são colocadas em empregos precários e com baixos salários, a grande maioria ainda vivia da agricultura, muitas trabalhavam para pagar as dívidas devido ao arrendamento de terra, faziam acordo com os donos das grandes fazendas para comprar um pedaço de terra para plantar e viver, tendo em vista que, após a libertação dos escravizados nada foi feito para eles em relação a inclusão social e econômica na sociedade. A outra parcela, a minoria dessas mulheres, conseguiam trabalho nas fábricas “as poucas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários⁵¹”.

O trabalho doméstico exigia tempo e dedicação da mulher negra em prol da família que trabalhava, muitas dessas mulheres eram abusadas pelo patrão, não tinha direito a folga e eram mal remuneradas. As mulheres brancas só recorriam a esse tipo de trabalho quando já tinha perdido a esperança de encontrar outro, pois, o trabalho doméstico era visto como algo humilhante e as mulheres brancas imigrantes que executavam essa função eram poucas e recebiam a mais que as mulheres negras. “Os salários pagos às trabalhadoras domésticas brancas sempre foram fixados pelo critério racista usado para calcular a remuneração dos serviços negros⁵²”.

As mulheres brancas foram trabalhar fora de casa durante a guerra civil, na indústria elas eram a maioria e “nessa época o movimento operário era uma força economicamente rápida em expansão”⁵³. Dentre vários sindicatos que surgiram nessa época, em busca de melhores condições de trabalho e reivindicação de salários iguais para homens e mulheres, se destaca a [Federação Sindical Nacional do Operariado de Cor; NCLU, sigla original], em 1869”⁵⁴

⁴⁹ “Mais de uma década antes do encontro, Maria Stewart respondeu aos ataques contra seu direito de ministrar palestras públicas, questionando de modo enfático: “E daí eu não sou uma mulher?” (...) Matilda, como ela se identificava, reivindicava educação para as mulheres negras em uma época em que a instrução de mulheres era um assunto polêmico e bastante impopular”. Ibidem, 2016, p.68

⁵⁰ Ibidem, 2016, p.71

⁵¹ Ibidem, 2016, p.95

⁵² Ibidem, 2016, p. 102

⁵³ Ibidem, 2016, p. 143

⁵⁴ Ibidem 2016, p. 144

Essa organização operária negra, criada em função das políticas excludentes dos grupos operários brancos provou na prática estar mais seriamente comprometida com os direitos das trabalhadoras do que as organizações brancas anteriores (...) Susan B. Anthony e Elizabeth Cady Stanton não registraram qualquer reconhecimento e às realizações antissexistas da organização operária negra. Provavelmente, elas estavam muito concentradas na luta pelo sufrágio para perceber aquele importante avanço. (DAVIS, 2016, p.144)

As duas são pioneiras na luta pelo sufrágio compreendia a importância da luta dos sindicatos, mas como mulheres brancas da burguesia, não entendia a luta de classe a importância que as mulheres trabalhadoras davam para esses sindicatos e a luta pelos seus direitos e os direitos de seus companheiros, muitas dessas trabalhadoras não se dedicavam mais ao sufrágio, por estar focada em protestar como operárias. Anthony acreditava que “a grande vantagem que diferencia os operários desta república é que os filhos do cidadão mais humilde, negro ou branco, tem oportunidades iguais as do filho mais rico desse país⁵⁵”. Por outro lado, as mulheres trabalhadoras sabiam vendo que os homens que integra a sua família, mesmo tendo direito ao voto, sofria com a opressão do seu patrão dentro das fabricas, assim como elas.

Os sindicatos coordenados por mulheres trabalhadoras começaram a colocar em pauta o sufrágio, que se juntaria a luta de classe para ganhar mais força e direitos trabalhistas, porém as mulheres de cor não eram colocadas em pautas, nem se quer ouvidas dentro desse debate mesmo sendo maioria dentre as mulheres trabalhadoras.

A Associação Nacional das Agremiações de Mulheres de Cor criou um departamento de Sufrágio para compartilhar com as suas integrantes informações sobre questões governamentais (...) todo movimento das agremiações de mulheres negras estava imbuído do espírito do sufrágio feminino - e, apesar da recusa da Nawsa, continuou a defender o direito das mulheres ao voto. (DAVIS, 2016, p.149)

Margaret Murray Washington mulher negra e uma das líderes do movimento, pode contar com o apoio de homens negros que também compreendiam a importância da luta, a exemplo de homem negro que apoiava e defendia o sufrágio feminino no século XIX, esta W. E. B Du Bois lutava pela igualdade de direito e a urgência das mulheres negras votarem. Por mais que o movimento lutasse por uma unidade, que todas as mulheres independentemente da cor conquistassem seus direitos civis “tanto para as mulheres sufragistas quanto as imigrantes do movimento associativo, as mulheres negras eram seres meramente dispensáveis quando se tratava de apoio das brancas do Sul”⁵⁶.

No Brasil o movimento de mulheres negras teve grande destaque na década de 80 esse destaque foi fruto da mobilização do Ano Internacional da Mulher ocorrido em 1975, um evento

⁵⁵ Ibidem, 2016, p. 146

⁵⁶ Ibidem, 2016, p.153

realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), dentro desse período aconteceu várias organizações, articulações e a expansão dos encontros nacionais baseados nos princípios de modificação entre o privado e o público, se utilizava da ideia como o slogan “pessoal é político”⁵⁷ a expansão do movimento trouxe uma agenda política voltada para as mulheres, a exemplo disso os comitês feministas⁵⁸. Esses comitês trazem debates sobre aborto, sexualidade, direitos, o prazer da mulher e métodos contraceptivos. “Todos incentivos a partir de uma nova visão apresentada notadamente pelo feminismo internacional”⁵⁹, seja no ativismo acadêmico, organização em comunidades ou pautas abordadas dentro dos comitês políticos, muitas das questões levantadas tinham como referência o feminismo estadunidense, nessa conjuntura pouco se falava da interseccionalidade e pautas voltadas à racialidade. Na agenda feminista o espaço para esse debate era mínimo.

A primeira ação em relação a mudança de perspectiva sobre a agenda feminista no Brasil, aconteceu no I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro ocorrido em 1987, que proporcionou pela primeira vez apenas que mulheres afrodescendentes pudessem participar⁶⁰. Em 1983 aconteceu um encontro organizado pelo Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN), foi nesse período que foi criado o grupo Nizinga – Coletivo de mulheres negras e a abertura do Centro de Mulheres de Favela e Periferia⁶¹.

Para as mulheres negras, se fazia necessário estar entre as suas iguais. Entendia-se, naquela conjuntura, que as mulheres lutavam e deveriam ser visibilizadas como sujeitos políticos nos diversos movimentos sociais e na sociedade no geral. (SILVA, PEREIRA, 2014, p.17)

Outro evento que ajudou a mobilização para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (IENMN) foi o IX Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em setembro de 1987, em Garanhuns (PE), que reuniu algumas das integrantes negras dos coletivos do Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados do país, uma oportunidade de encontro e reencontros de muitas militantes e ativistas dos movimentos negros feministas que a partir do incomodo de não serem

⁵⁷ “ Esse slogan tratava de pensar que o cotidiano, no âmbito das esferas domésticas e/ou pessoais, não estava apartado na vida social e das relações de poder nele contidas. Logo, as conexões entre os sexos, sobretudo repensadas pelas desigualdades entre eles, é permeada pelos âmbitos público e privado. (SILVA, PEREIRA, 2014, p.16)

⁵⁸ Ibidem, p.16.

⁵⁹ Ibidem, p.18.

⁶⁰ Ibidem, 2014, p.18.

⁶¹ “O GMN teve a coordenação de Adélia Azevedo, Abigail Pascoa, Joselina da Silva, Mary Isabel e Vik Birkbeck entre outras (...) O coletivo Nizinga tinha como uma de suas fundadoras a Lélia Gonzalez” (CALDWELL, 2008, apud SILVA, PEREIRA, 2014, p.18)

pautadas dentro dos debates do evento, sentiu a necessidade de formar uma oficina, a qual, abrangesse suas causas e perspectivas, um momento para romper com essas ausências.

A técnica da linha da vida era muito utilizada pelo movimento feminista e o de mulheres negras com alguma frequência se valia dela. Joselina da Silva sugeriu, então a Sandra Belo- figura de grande e referencial liderança naquele momento- que organizasse uma oficina como a citada metodologia como forma de reunir as mulheres negras ali presentes. A estratégia foi realizá-la num lugar de visibilidade, onde todas os presentes, pudessem perceber sua ocorrência. Assim, na pérgula da principal piscina do hotel, começamos a nos reunir. (SILVA, PEREIRA, 2014, p.17)

Um lugar de acolhimento e troca, de muita emoção e comoção, mulheres negras de todas as idades, mais claras mais escuras, com formação acadêmica, partindo de lugares sociais diferentes, mas com a mesma discussão acerca do racismo e sexismo, “para muitas, era a primeira oportunidade de publicizar experiências de dor e júbilo, ocultadas e silenciadas por razões diversas, tendo sempre a raça como subsidiária”.⁶²

A organização para esse evento teve início em janeiro do ano seguinte, através de alguns encontros estaduais que tinham como objetivo articular e organizar o I ENMN. Como exemplo dessas organizações que anteciparam o I ENMN tiveram: o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Salvador (BA), que reuniu cinco Estados; a reunião em São Paulo com um total de onze Estados participantes; e em Brasília, que teve como principal objetivo definir o local do evento, que ficou determinado ser no Rio de Janeiro⁶³. “O I Encontro Nacional de Mulheres Negras foi o resultado de uma ampla articulação em dezoito Estados da Federação, que consagrou cerca de quatro centenas de mulheres na cidade de Valença (RJ) em dezembro de 1988”⁶⁴.

“O ENCONTRO É NOSSO. PARTICIPE!” Esse foi o slogan do folheto do I ENMN, que tem como proposta unir a maior quantidade de mulheres negras do país para discutir sobre suas necessidades e especificidades que não são contempladas nem pelo movimento negro, nem pelo movimento feminista. “Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, começamos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou da mulher branca”⁶⁵.

O encontro também está contemplado com várias metodologias, debates, oficinas, salas de conversas e salas de reflexão tudo isso para acolher as diversas perspectivas e olhares para

⁶² (SILVA, PEREIRA, 2014, p.22)

⁶³ Em Salvador o encontro reuniu mulheres negras de: Sergipe, Maranhão, Distrito Federal, São Paulo e Bahia. Na reunião em São Paulo foi o Acre, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Pará, Goiás Sergipe e Distrito Federal. (SILVA, PEREIRA, 2014, p.26)

⁶⁴ Ibidem, p.28.

⁶⁵ (IENMN, 1988)

movimento feminista negro, dando a oportunidade de todas se expressarem e contribuir com as suas análises e vivências, buscando através de cada especificidade uma unidade em luta de seus direitos. Através da reunião realizada em Brasília ficou definido cinco objetivos para debate do encontro:

1º} “O primeiro objetivo aponta para a realização de diagnóstico a respeito da situação da mulher negra; para se realizar esse objetivo, será necessário, no detalhamento dos temas priorizar os itens que são fundamentais para se elaborar este diagnóstico.”

2º} “O segundo objetivo aponta para a discussão de todas as formas de organização utilizadas pelas mulheres negras para fazer face à situação levantada no 1º objetivo”.

3º} “Do terceiro ao quinto objetivo apontam para a elaboração de propostas políticas que faça, avançar a organização de mulheres negras, colocando para o mundo a existência do movimento de mulheres no Brasil, de forma unitária, com suas diferentes vertentes políticas”. (IENMN, 1988)

Dentre desses cinco objetivos do encontro são destacados alguns eixos temáticos para debates e elaboração de projetos⁶⁶ que o evento vai abordar, para enfim, dar vida ao terceiro e quinto objetivo. A importância de dar voz a todas as mulheres negras, engrandece aquilo que Collins (2019) enfatiza sobre dá voz a todas as mulheres negras e suas vivências, não só as mulheres negras acadêmicas, mas as mulheres das comunidades, cantoras e mãe para assim construir um pensamento social e crítico feminista, através das apresentações de trabalho, cartazes, debates nas oficinas e todas outras metodologias que o evento disponibiliza. Através das pautas levantadas por essas mulheres criar um ativismo que vai em busca de soluções políticas e governamentais, que contemple suas necessidades, e a do coletivo como todo.

As reflexões em torno do evento foi o ponto de partida para muitas das intelectuais terem voz e vez dentro do debate sobre raça, gênero e classe. Ter perspectivas diferentes a partir do olhar de diferentes mulheres e como as desigualdades sociais e econômicas abarcavam cada uma delas. A oportunidade de ter sua pauta ampliada e denunciada. Foi através desse encontro que vários outros surgiram, que se pode expandir a condição da mulher negra brasileira na perspectiva dessas mulheres e não mais do outro.

⁶⁶ “As mulheres negras e as Organizações da Sociedade Civil”; “As mulheres Negras e o Trabalho”; “As Mulheres Negras e a Educação”; “As Mulheres Negras e a Legislação”; “As Mulheres Negras e o Mito da Democracia Racial”; “As Mulheres Negras e a Ideologia do Embranquecimento”; “As Mulheres Negras e a Sexualidade”; “As Mulheres Negras e os Meios de Comunicação”; “As Mulheres Negras na Arte e na Cultura”; “As Mulheres Negras e a sua História na África e no Brasil”; “As Mulheres Negras e as Políticas de Controle da Natalidade”; “As Mulheres Negras e a Saúde”; “As Mulheres Negras e a Violência”; “As Mulheres Negras e a Estética”; “As Mulheres Negras e o Sexíssimo”. (IENMN, 1988)

É importante destacar que as mulheres negras são diversas e possuem pontos de vistas diferentes, a construção de uma teoria social crítica parte de uma perspectiva coletiva, dos desafios e operações que são comuns entre o grupo, “um dos principais motivos pelos quais os pontos de vista dos grupos oprimidos são suprimidos é que os pontos de vistas autodefinidos podem fomentar a resistência⁶⁷”.

É a partir do seu próprio lugar, das suas diferenças e especificidades, que as feministas negras constroem seus pensamentos, argumentações e teorias. A exemplo são as mulheres sindicalistas, que vimos em Davis (2016) e que Collins (2019) também traz para explicar o trabalho que,

Essas mulheres analisaram as opressões interseccionais que limitavam a vida das mulheres negras e também trabalharam pela justiça social. Criando por elas, o movimento de associação de mulheres negras foi uma iniciativa ao mesmo tempo ativista e intelectual. (COLLINS, 2019, p.80)

A relação dessas mulheres dentro dos sindicatos, simbolizam articulação de conhecimento e a forma como essas mulheres leem a sociedade e os problemas que as cercam em busca de melhorias e soluções, as mulheres negras são essências para a construção do pensamento feminista negro, por serem um grupo oprimido e terem vivências inacessíveis a outro grupo. Só as mulheres negras podem construir sua agenda de mudanças, e a auto definição, pois, é através das experiências, da opressão da luta e da mobilização que as mulheres negras vem se articulando desde o período escravocrata, “se autodefinir é fundamental para nossa sobrevivência”⁶⁸ e a autonomia do grupo “não significa nem que o pensamento feminista negro tem relevância apenas para as afro-americanas, nem que devemos nos restringir à análise de nossas próprias experiências”⁶⁹, ao contrário, irá permitir a união com outros grupos que também lutam por justiça social.

⁶⁷ (COLLINS, 2019, p.74)

⁶⁸ Ibidem, p.84.

⁶⁹ Ibidem, p.84.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia escolhida para realizar esse trabalho é a análise de conteúdo, partindo da produção de Lélia Gonzalez, estudando sua vida e carreira para compreender através de uma interpretação sociológica, como a autora apresenta a ideia de Brasil em sua produção. A análise de conteúdo será feita através do método da teoria sensitiva⁷⁰, pois a teoria social brasileira não tem uma metodologia fixa a se seguir a proposta de análise e ir dentro da leitura dos textos identificando e construindo estratégias que caibam dentro da apresentação da autora sobre a ideia de Brasil, os assuntos que ela aborda, os conceitos e perspectivas de nacionalidade e cultura utilizando as etapas descritas por Laville & Dionne (1999), segundo SILVA, (2005, p.75) são: Recorte dos conteúdos, a definição das categorias analíticas e a categorização final das unidades de análise.

Na primeira parte irei fazer um quadro, listando as obras e entrevistas (ano de publicação e palavras chaves) e através desse quadro farei a definição das categorias analíticas “um bom conjunto de categorias deve ser pertinentes, tão exaustivas quanto possíveis, não demasiadas, precisas e mutuamente exclusivas”⁷¹ essa análise será feita no modelo misto⁷², a princípio irei partir das palavras chaves, para delimitar quais são as categorias atribuída pela autora em relação ao assunto e como ela traz esse debate, levando em consideração sua vivência, trajetória acadêmica e a leitura das questões trabalhadas. Por último a categorização final das unidades de análise, será feita a discursão dos resultados com base no referencial teórico, nas categorias sociais, raciais e políticas que perpassa o negro brasileiro e como o Brasil traz a discursão da escravidão, do acesso do negro a categorias sociais, a condição de cidadania do negro, o epistemicídio, a militância, a intelectualidade, entre outras questões que iremos descobrir através dessa pesquisa “o processo permite uma análise mais profunda dos recortes com base em critérios discutidos e incorporados”⁷³.

⁷⁰ “A Teoria Sensitiva se refere aos atributos do pesquisador de possuir introspeção, habilidade para dar significado aos dados, entendê-los e capacidade para separar os que são pertinentes à pesquisa e os que não são” (SILVA, GOBBI, SIMÃO, 2005, p.75).

⁷¹ (Laville & Dionne 1999 apud SILVA, GOBBI, SIMÃO, 2005, p.76)

⁷² “Modelo Misto as categorias são selecionadas no início, mas o pesquisador se permite modificá-las em função do que a análise apontará.” (Laville & Dionne 1999 apud SILVA, GOBBI, SIMÃO, 2005, p.76)

⁷³ (Laville & Dionne 1999 apud SILVA, GOBBI, SIMÃO, 2005, p.76)

6 PESQUISA

A metodologia utilizada partiu da análise de seus textos voltada as questões sociais, culturais e política do país conhecendo a autora seu posicionamento e sua trajetória de vida para compreender de onde ela parte e quais seus desafios no percurso acadêmico e pessoal. Foram analisados um total de 23 (vinte e três) textos dentre eles um livro que fala sobre sua bibliográfica “Lélia Gonzalez retratos do Brasil negro” e o primeiro capítulo do livro que Lélia escreveu junto com Carlos Hasenbalg “Lugar do negro” os demais textos foram extraídos dos livros “Lélia Gonzalez primavera para rosas negras” e o livro “Por um feminismo afro latino Americano”, esses dois livros são coletâneas em que reúne textos escritos pela autora, entrevistas e publicações em jornais ou em evento, no qual a autora apresentou suas ideias e reflexões. Dentro da leitura e análise dos textos dispuseram de algumas palavras chaves que se repetiam através da linha do tempo as referências e os assuntos aqui estudados, são elas: Mulher negra; Integração social; Relações raciais; Racismo; Trabalho; Família e escravidão no Brasil. É em cima dessas palavras chaves que irei discutir as temáticas, que consegui dar conta nesse período de pesquisa, com foco na importância desse debate dentro da sociologia brasileira.

Quadro 1 - Análise de conteúdo

Título	Publicação/ Ano	Palavras Chaves
Lélia Gonzalez Retratos do Brasil Negro.	Bibliografia. Selo Negro/ 2010	Trajectoria de vida, desafios, conquistas.
Mulher Negra: Um Retrato.	Jornal Lampião/ 1979	Relato, Reflexões, Classe Social, Racismo.
A Mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica.	Graal Editora/1981 Texto apresenta em Los Angeles em 1979.	Escravidão no Brasil, Mulher Negra, Luta de Classe, Resistencia, Cultura.
Cultura, Etnicidade e trabalho Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher.	VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association/ 1979	Juventude Negra, Gênero, Etnicidade, Processo Produtivo, processo de Acumulação, Negro e a Integração social, Racismo Cultural.
A Juventude Negra Brasileira e a Questão do Desemprego.	Segunda Conferência Anual do African Heritage Studies Assotiantion/1979	Capitalismo Industrial, Acumulação Econômica Brasileira, Milagre Brasileiro, Manutenção das Opressões.
Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.	IV Encontro anual da associação brasileira de pós graduação e pesquisa nas ciências sociais/ 1980.	Racismo, Sexismo, Mulher Negra, Dialética, Cultura, Linguagens, Preconceito.

Mulher Negra.	Jornal Mulherio/ 1981	Família, Trabalho, Renda, Força de Trabalho, Sexismo, Desigualdade Racial.
Desigualdade Racial? Nada Disso!	Jornal Mulherio/ 1981	Ancestralidade, Maternidade, Estereotipização, Produção Cultural.
Beleza Negra, ou: Ora-yê-yê-ô!	Jornal Mulherio/ 1982	Bloco Carnavalesco, Beleza, Empoderamento.
A Esperança Branca.	Jornal Folha de São Paulo/ 1982	Discriminação Racial, Jabuticaba, Racismo a Brasileira.
Prefácio do Cadernos Negros 5.	Quilombhoje/ 1982	Formação Sociocultural Brasileira, Folclore, Racismo.
O Movimento Negro na Última Década, por Lélia Gonzalez	O primeiro Capítulo do Livro: Lugar do Negro, de Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg, p. 15-55 / 1982	Inchaço urbano, Entidades, Milagre Brasileiro, Lugar Natural, Integração do Negro, Resistencia Cultural.
Racismo Por Omissão	Jornal Folha de São Paulo/ 1983	Ideologia do Embranquecimento, Partido Político.
Debate: a Cidadania e a Questão Étnica.	Parte do debate d livro: A construção da Cidadania. TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. Universidade de Brasília UNB/ 1985	Psicanálise, Relação Inter-racial, Maternidade, Ideologia da Hierarquia, Movimento Negro.
A Democracia Racial: Uma Militância.	Informativo SEAF/ 1985	Democracia Racial no Brasil, Produção Intelectual na Universidade, Sujeito da História e Sujeito do Discurso.
Mulher Negra.	Revista Afrodiáspora/ 1985	Análise da situação econômica nos anos 90, Desenvolvimento das Mulheres Negras, Organização de Mulheres Negras, Criação do Nzinga, Referencias ao Trabalho da Atriz Zezé Motta.
Odara Dudu: Beleza Negra.	Folheto da Campanha de Lélia Gonzalez para Deputada Estadual pelo PDT, Rio de Janeiro/ 1986	Modelo Estético, Ideologia do Branqueamento, negro é Belo.
Festa Afro-Brasileiras.	Publicado no Livro Festas Populares no Brasil. Editora Index/ 1987	Representação, Resistência, Congadas, Maracatu, Afoxés.

Por um Feminismo Afrolatinoamericano.	Revista Isis Internacional/ 1988	Feminismo Latinoamericano, Feminismo e Racismo, Alienação, A questão Racial na América Latina, Ideologias de classificação Social (racial e sexual), Ideologia do Branqueamento, Movimento Popular Amefricanas e Ameríndias.
A Categoria Político-cultural da Amefricanidade.	A Categoria Político-cultural de Amefricanidade/ 1988	Linguagem, Africanidade, Racismo, Colonialismo, Exploração e Opressão, Racismo por Degeneração, Segregação, Resistencia Cultural.
A importância da Organização da Mulher Negra no Processo de Transformação Social.	Raça e Classe, MNU/ 1988	I Encontro de Mulheres Negras, Transformação Social, Crítica, Posição Política, Modos de Organização,
Iyalodê Egbé Eleyé.	Prefácio á obra póstica Eu, Mulher Negra, Resisto de Alzira Rufino/ 1988	Alzira Rufino, Poesia, Resgate do Papel Histórico, Mulheres Negras Anônimas, Garra das Mulheres Negras.
Griot e Guerreiro.	Resgate da Cultura Afro-Brasileira. IPEAFRO/1994	Poesia, Arte, Cultura, Ancestralidade

Fonte 1: arquivo próprio.

6.1 LÉLIA DE ALMEIDA

Uma das pioneiras no debate sobre raça, classe e gênero nascida em 1935 em Belo Horizonte Lélia de Almeida, como foi registrada, mãe Urcinda Serafim de Almeida, empregada doméstica, seu pai Joaquim Acácio, era operário e velho ferroviário getulista. Lélia sai de Belo Horizonte e vai morar no Rio de Janeiro com sua mãe e seus irmãos em 1940, após o falecimento de seu pai, quem proporciona essa mudança é o seu irmão mais velho, Jaime de Almeida, jogador de futebol pelo Flamengo, Jaime através de seu desempenho como jogador e ultrapassando a barreira de cor uma mobilidade social, no qual o esporte e a educação forneciam a ascensão social e individual de pessoas negras, consegue não só trazer sua família para o Rio de Janeiro, como proporcionar a Lélia o acesso à educação.

Na metade dos anos quarenta a autora, cursou o ginásio na Rivadávia, através da reforma do ensino secundário⁷⁴ teve a oportunidade de estudar outros idiomas, tornando-se tradutora de Francês. Em 1950 fez o curso científico dando continuidade aos estudos de línguas estrangeiras agora no colégio tradicional Pedro II. Com muita dificuldade tendo que estudar através de doações, de livros, roupas atravessando a cidade saindo do subúrbio para o centro da cidade, adentrando nos lugares que lhe foram negados, tanto social como estrutural, conseguiu chegar na universidade.

⁷⁴ Em 1942 Gustavo Capanema ministro da educação e saúde, deu início a reforma do ensino secundário, que seria dividido em dois ciclos “(Barsil,1942): o primeiro, chamado de ginásio, com duração de quatro anos, dividia as disciplinas em três áreas: línguas (português, latim, francês e inglês), ciências (matemática, ciências naturais, história geral, história do Brasil, geografia geral e geografia do Brasil) e artes (trabalhos manuais, desenhos, canto orfeônico e educação física); o segundo era dividia em clássico ou científico.”(RATTTS, RIOS, 2010, p. 32)

7 LÉLIA GONZALEZ – INTELLECTUAL E ATIVISTA EM BUSCA DE DEMOCRACIA SOCIAL

Lélia carrega em seu currículo atividades docentes⁷⁵ no qual lecionava história moderna e contemporânea, filosofia e história da educação em escolas públicas e privadas, em 1953 lecionava para o ensino superior, se destacando pela simpatia, inteligência e facilidade em se comunicar e instigar seus alunos e alunas a argumentação e reflexões⁷⁶. A relação com o seu primeiro marido Luiz Carlos Gonzalez, um homem branco de classe média, que a questionava sobre a sua identidade, o seu lugar e o seu branqueamento foi crucial para o despertar da autora para si, após a morte de Luiz, Lélia continuou com o sobrenome do mesmo, é nesse momento que “morre” a Lélia de Almeida e “nasce” a Lélia Gonzalez, “aos 37 anos, estava começando seu processo de insurgência... “a pretinha legal e a lady”, sair de cena para dar espaço a intelectual ativista”⁷⁷. Foca nos estudos da psicanálise, com curiosidade investigativa na relação racial e seus próprios mecanismo de racionalização⁷⁸.

O encontro com a psicanálise levou a autora a conhecer mais da cultura negra, como o candomblé, samba e carnaval através dos estudos em Lacan e compreender especificidades da cultura brasileira, principalmente as que diferencia da cultura europeia. Os estudos de Lélia a partir dos anos 70 se debruça na participação africana na construção social e cultural do Brasil, em destaque o candomblé “o candomblé é uma coisa muito mais ecológica, você faz comida, você faz oferenda, você vai pra floresta, minha religiosidade está muito mais africanizada que ocidentalizada”⁷⁹.

Lélia estudava o país a partir de um olhar crítico a respeito da formação cultural brasileira, refletindo sobre a categoria de amefricanidade⁸⁰ que tem como referências os nossos antepassados, os continentes que viveram, a resistência cultura e o enfretamento do racismo, que apaga nossa história e contribuições sociais “o esquecimento ativo de uma história pontuada pelo sofrimento, pela humilhação, pela exploração, pelo etnocídio, aponta para uma perda de

⁷⁵ “Colégio piedade (1962), colégios Andrews (1963), colégio Santo Inácio (1968), colégio de aplicação da Universidade estadual da Guanabara (1963), Instituto de Educação e Centro de Estudo de pessoa do exército brasileiro, no forte de Duque de Caxias (1967-1968)” *ibidem*, p.47

⁷⁶ *Ibidem*, p.47

⁷⁷ *Ibidem*, p.55

⁷⁸ A partir do seu segundo casamento com um homem, denominado por ela “mulato”, e como esse homem não se entendia negro e sim branco, através da ascensão social.

⁷⁹ (O Pasquim, 1986, p.11 apud RATTTS, RIOS, 2010, p. 65)

⁸⁰ O termo Amefricanidade é utilizado por Lélia para incorporar todo processo histórico e cultura que envolve toda a América Latina. “Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo.” (GONZALEZ, 2018, p. 330)

identidade própria”⁸¹. A categoria de amefricanidade vem para assumir a nossa contribuição, a resistência e valorizar nossa história. É o que iremos estudar no decorrer de suas contribuições para o pensamento social brasileiro.

7.1 O LUGAR DO NEGRO NO BRASIL

O golpe militar de 1964 é um dos primeiros debates de Lélia, contextualizando o processo de industrialização que dá fruto ao “milagre brasileiro” (expansão dos grandes setores da economia, em especial as fábricas de automóveis e construções civis) junto a expansão da era capitalista, que ocasionou grandes índices de desemprego no campo levando a grande migração dos trabalhadores para os grandes centros urbanos em busca de emprego. Com a chegada da grande massa de trabalhadores nos grandes centros, em especial São Paulo, ocorreu aquilo que Lélia chama “inchaço urbano”, a cidade não cresceu inchou, pois, a população pobre majoritariamente negra, ocupava as chamadas “favelas” os antigos quilombos, que sofriam com a repressão policial e as péssimas condições de vida, saneamento básico, saúde e segurança “desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominantes e dominados”⁸², com a grande crescente da população nas grandes cidades, ficou evidente a separação do espaço econômico e racial.

No processo de abolição da escravidão no Brasil, os negros formaram grupos, de modo geral entidades⁸³ que tinha como objetivo unir os negros e desenvolver atividades em busca de legitimar as leis já existentes e de inserção do negro na sociedade brasileira, seja em perspectivas ideológicas ou culturais de massa como “afoxés, cordões, maracatus, rancho e, posteriormente, blocos e escolas de samba”⁸⁴ que sofreram grandes repressões policiais, isso inclui os terreiros de candomblés que para funcionar era necessário ter um registro, em contra ponto dessas repressões das autoridades, as entidades culturais “possibilitaram ao mesmo tempo o exercício de uma prática política, preparadora do advento dos movimentos negros de caráter ideológico”⁸⁵.

A Frente Negra Brasileira - FNB (1931-1938) foi o primeiro movimento ideológico após a abolição a reunir milhares de negros através do trabalho da imprensa negra, que dentro do maior centro econômico do país (São Paulo) conseguiu expandir para cidades menores. É nesse

⁸¹ Ibidem, p.331

⁸² (GONZALEZ, 2022)

⁸³ Que se remete a dois tipos o assimilacionismo e a pratica cultura. Ibidem, p. 40

⁸⁴ Ibidem, p.30

⁸⁵ Ibidem, p.30

contexto que conseguimos analisar a integração do negro na sociedade capitalista, que se sustentou durante a ação da FNB, segundo Lélia é um dos mais importantes marcos do projeto de organização do negro no Brasil, nos anos seguintes temos o marco da imprensa negra em destaque o jornal “o clarim da alvorada” que foi criado pela FNB e o Teatro Experimental do Negro - TEN que na luta contra o racismo trabalhava com formação de atores e com a alfabetização do negro “ao lado do teatro negro, a poesia também foi uma das mais vigorosas expressões das elites negras daquela fase, que, sem perda de continuidade, marcou as novas gerações”⁸⁶. Por sua vez configura-se um projeto de resistência cultural e social.

Lélia Gonzalez foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado - MNU contra a discriminação racial é na luta por justiça, no final dos anos 70, uma das fundadoras do grupo Nizinga, participou do IPCN, candidata do PT em 1982 e nos de 1986 se candidatou a deputa estadual pelo Partido Democrático Trabalhista, não conseguiu se eleger, mas se tornou a primeira suplente da banca e em 1985 integrou o CNDM.⁸⁷

7.2 MULHER NEGRA

A autora através da intelectualidade orgânica, expressa suas ideias do retrato do país em um jornal, de maneira simples consegue mergulhar e mostrar ao leitor o retrato da mulher negra no Brasil, uma mulher que veio do interior do País para morar no Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida para si e seus filhos, “foram morar em uma favela que disseram que tinha sido um quilombo. A vista de lá é linda. Dá pra ver o mar, o Cristo, as casas grã-finas das madames lá de baixo e também quando o camburão vem pra dar uma blitz no morro”⁸⁸. Lélia retrata a vida na periferia o dia a dia, a violência, a discriminação a realidade dentro das casas das madames, a violência sexual, a denúncia ao racismo a negligencia dos patrões diante das empregadas domésticas, violência física, e a sobrecarga das crianças negras que precisa estudar, trabalhar e cuidar da casa, “a gente que é pobre tem que estudar pra ver se melhora de vida. A gente ver pelos filhos dos patrões da gente. Todo mundo estuda e vira doutor. Por que então a gente não ia querer que os filhos da gente estudem?”⁸⁹ retrata desemprego do homem negro o subemprego, classe social e racismo um relato das oportunidades negada e como a

⁸⁶ Ibidem, p. 33

⁸⁷ ibidem

⁸⁸(GONZALEZ ,2018), p.29.

⁸⁹ Ibidem, p.32.

mulher negra periférica olha o mundo, “e ficou ali pensando no irmão que ficara desempregado há um ano, passando a viver de biscate e bebendo cada vez mais.”⁹⁰

Discute o Brasil “atual” através do cotidiano faz diversas denúncias e explora a visão da mulher negra periférica, solitária e marginalizada com uma linguagem acessível e legível por todos (talvez por ser uma publicação de jornal), mas mostra o quanto acessível é o seu pensamento e a questões trabalhada, que nesse caso, denúncia e faz o leitor através do seu lugar conhecer o outro. Olhar a mulher comum, com detalhes e denúncias, aquela mulher que segundo a autora sustenta e movimenta a sociedade que passa despercebida diante da história e dos estudos sobre a construção do Brasil, é essa mulher que Lélia retrata em seus textos e deixa em evidência em suas pesquisas.

Os dados obtidos no censo de 1950 até 1980 analisados através da formação econômica e os processos distintos de acumulação⁹¹, reflete em um grande panorama da condição escolar e trabalhista da população de “cor”. Dentro dessa abordagem a autora explora o difícil acesso da população negra a escolaridade que reflete diretamente ao trabalho, no qual, a população negra está relacionada, são eles: serviços pessoais, agricultura e indústrias. Esse é o lugar da população negra. Lélia observou que independente das transformações obtidas no setor industrial, a mulher negra não teve acesso a esses espaços mesmo com a grande expansão econômica, devido a “seleção racial” onde as mulheres brancas e “morenas” eram as que ocupavam os escritórios, as fábricas como operárias, pois, tinham aquilo que era considerado de “boa aparência” aceitáveis na sociedade, o que implica na exclusão e no aumento da desigualdade, reflexo do desemprego e da falta de oportunidade o que leva aos trabalhos temporários e ocasionais. “Ser mulher negra no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão”. Observar essa exclusão dentro da categoria de trabalho fica para a mulher negra apenas dois tipos de trabalho a mulata⁹² e a empregada doméstica, com salários baixos e sendo sexualizada.

A autora destaca a falta de apoio dentro da literatura brasileira como as mulheres negras, faz críticas de como as mulheres negras são representadas nessas literaturas e como o

⁹⁰ Ibidem, p.33.

⁹¹ “capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista. Cabe ao capital monopolista a hegemonia sobre os demais, dadas as articulações entre os três setores (formas pré-capitalistas de exploração da mão de obra; capitalismo competitivo e capitalismo monopolista com seus respectivos mercados de trabalho)”. Ibidem, p.42

⁹² “A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo de extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupas possíveis), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional.” Ibidem, p.46

movimento feminista, representado pelas mulheres brancas e de classe média não leva em consideração as pautas levantadas pelas mulheres negras, como expressa Lélia sobre Encontro nacional da mulher, no Rio de Janeiro, em março de 1979 quando entra em pauta a questão do racismo e de como a mulher negra é afetada “nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria)”⁹³.

A autora faz questão de destacar a importância da religião de matriz africana para as mulheres negras as ialorixás (mãe de santo), para preservação da cultura e crença, traz a importância do destaque que essas mulheres, negras e pobres na posição de poder dentro dos terreiros, assim como dentro do MNU “compreendendo que o combate ao racismo é prioritário, ela não se dispersa no tipo de feminismo que a afastaria de seus irmão e companheiros”⁹⁴, a sua militância e debate entre o prático e o teórico na construção de uma sociedade mais democrática e politizada, dentro desse debate de poder e conscientização política e social da população, a mulher negra tida como “anônima”, segundo Lélia é a que sustenta e desenvolve o papel mais importante o da luta, da força do papel afetivo familiar e do afeto, “apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chamada libertação, justamente porque não tem nada a perder”⁹⁵.

7.3 PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS

O mito da democracia racial⁹⁶, que chega nas escolas através do discurso pedagógico, tratando o brasileiro como amigável, gentil, afetuoso, pacífico e esquecendo dos conflitos e tensões, pois incorporam esse discurso da democracia racial, criando estereótipos a respeito do negro “passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão, etc... Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo aconteceu com o povo negro especialmente”⁹⁷, a resistência do povo negro a escravidão a organização dos quilombos, como o quilombo é visto aqui no país e o que ele realmente representa “o termo quilombo provém do quimbundo, língua falada em Angola. Tradução exata seria capital, povoação, união. Mas a

⁹³ Ibidem, p.48

⁹⁴ Ibidem, p.51

⁹⁵ Ibidem, p.41

⁹⁶ Teoria do lusotropicalismo, segundo Freyre, o processo de miscigenação ocorreu em harmonia, pois os portugueses não tinham preconceito racial, assim se envolvendo com as mulheres negras escravizadas. “O que Freyre não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas da violação da mulher negra”. (GONZALEZ (2018), p.35

⁹⁷ Ibidem, p.36

“tradução” brasileira oficial é: “valculhacouto de escravos fugidos”⁹⁸. A autora enuncia a história não contada sobre o fato do “primeiro Estado livre de todo continente americano existiu no Brasil colonial... A república negra de palmares, que durante um século (1595-1695), floresceu na antiga Capitania de Pernambuco. “Na verdade, Palmares foi o berço da nacionalidade brasileira. E o mesmo pode dizer em relação aos quilombos, onde na língua oficial era o “pretugês” e o catolicismo (sem os padres, é claro) a religião comum.”⁹⁹ Os negros participam e lutam pelo seu espaço e direitos desde os movimentos por libertação nacional, tanto no período colonial como no Brasil império “revolta dos alfaiates, à confederação do equador, à sabinada, à Balaiada, à revolução praieira” dentro das lutas e resistência se apresenta os movimentos urbanos, como o ocorrido em 1835 a revolução dos Males “seu objetivo primordial era a efetiva tomada de poder”.

7.4 TRABALHO E EXPLORAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

Lélia nos apresenta através de Freitas (1977) duas categorias de escravo o produtivo e o não-produtivo¹⁰⁰. Dentro dessas categorias a autora trás em destaque o papel da mulher negra, que assim como o homem negro luta dentro da estrutura por liberdade. Enquanto a escrava do leito lutava junto ao seu companheiro nas atividades economicamente lucrativas para os senhores, as mucamas se dedicavam aos cuidados do lar e das crianças dos senhores, ficando conhecida como “mãe preta”¹⁰¹, que através da teoria lacaniano, Lélia conclui:

Se levarmos em conta a teoria lacaniana, que considera a linguagem como o fator de humanização ou de entrada na ordem da cultura do pequeno animal humano, constatamos que é por esta razão que a cultura brasileira é eminentemente negra. E isto, apesar do racismo e de suas práticas contra a população negra, enquanto setor concretamente presente na formação social brasileira. (Gonzales, 2018, p.41)

Importante frisar o destaque para a mulher negra, suas experiências e contribuições sociais e culturais para a formação da sociedade brasileira, compreender o lugar de destaque dessas mulheres para a formação do país, um país negro construído e sustentado por mulheres negras, na sua força de trabalho produtivo e não- produtivo.

⁹⁸ Ibidem, p.36

⁹⁹ Ibidem, p.37

¹⁰⁰ Os escravos-produtivos que trabalhavam diretamente para a produção econômica e os não produtivos, que trabalhavam para prestação de serviço. Ibidem, p.38

¹⁰¹ “aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores.”

Dentro de sua produção Lélia destaca o modo de produção capitalista bebendo da teoria de Karl Marx (1965), para explicar o processo de acumulação dos elementos que estrutura o capitalismo a relação do trabalhador livre e o dinheiro, a exploração da mão de obra e a articulação com a economia¹⁰², que se apresenta diretamente com o desemprego e o subdesemprego da população brasileira em evidencia as mulheres e a população negra, com pouco ou quase nenhum acesso ao mercado de trabalho. Segundo estudos realizados pela autora o capital competitivo é composto pela população “reserva” os trabalhadores que são condicionados aos baixos salários, ao trabalho precário e temporário, a massa marginalizada que alimenta a desigualdade e sustenta o capitalismo competitivo, e o Estado por sua vez, diante das relações estabelecidas através da repressão alimenta essa articulação, “a inteligibilidade dessa lógica da incoerência, reequaciona certas análises em termos de dualismo sociológico (sociedade tradicional/ sociedade moderna, coexistindo no mesmo país).”¹⁰³

Em um desenvolvimento capitalista desigual na esfera social e econômica causa o que autora denominou de dualismo estrutural, de um lado o exército social de reserva do outro lado a massa marginal que ocupam as chamadas periferias, esse desequilíbrio a não funcionalidade das massas marginais. Através desse processo econômico e social Lélia analisa 3 tipos de processos marginal dentro do processo produtivo, são eles:

1- Tipo A- que abrange diferentes formas de mão de obra e se divide em rural por conta própria: comunidade indígenas, pequenos mineradores e etc.)

O rural sob patrão (comunidades dependentes ou que tem vínculos por método coercitivo, etc.)

O urbano por conta própria (pequenos artesãos)

O urbano sob patrão (serviço domésticos, os trabalhadores que recebem pelo serviço prestado através de um fundo de consumo e não em dinheiro).

2- Tipo B- os trabalhadores que não conseguiram se encorpar no mercado de trabalho, os que estão frente ao desemprego ou trabalho ocasional por temporada ou demanda.

3- Tipo C- inclui os trabalhadores assalariados que são mal remunerados e a condição mais dura de trabalho).¹⁰⁴

¹⁰²“A existência de três processos de acumulação qualitativamente distintos (capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista)” dentro desses processos de acumulação Lélia explica duas espécies de capital, o monopolista que tende a alta taxa de rendimento, salários mais altos negociação com a organização dos trabalhadores, melhores condições de trabalho e o competitivo, demanda estável, salários baixos, mal condição de trabalho. Ibidem, p.55-56

¹⁰³ Ibidem, p.59

¹⁰⁴ Ibidem, p.60

Analisando os estudos feitos por autores sobre a questão política, cultural e social do negro brasileiro Lélia percebe que muitas dessas ideias e conclusões bebem da razão ocidental, observando a sociologia acadêmica associa a condição do negro atual com o processo abolicionista e o “despreparo do ex-escravo para assumir os papéis de homem livre, principalmente na esfera do trabalho”¹⁰⁵, entre outros estudiosos que colocava o negro como principal responsável pela sua situação atual, em relação ao trabalho a cultura da pobreza e a sua situação enquanto cidadão negro na era moderna e industrial. Outro ponto que Lélia utiliza para análise é a tendência reproduzida pelo marxismo ortodoxo no qual a categoria raça se dissolve na questão econômica, que compreendem que o modo de resolver tal situação seria a união dos trabalhadores de diferentes raças, sem levar em consideração suas particularidades, como lembra a autora, ao dividir o tipo de trabalho que compõem o capitalismo competitivo. Segundo a autora a população negra está relacionada ao trabalho por temporadas os “bicos” que não trazem segurança para o trabalhador, em relação a salários, direitos e a dignidade da sua mão de obra, os que se enquadram no tipo A e B.

Outra teoria analisada por Lélia dentro das análises sociológicas acadêmicas é a abordagem que concluem que a população negra é o grupo subordinado, “o privilegio racial é um dos pontos-chaves dessa posição, uma vez que ele evidencia como, em todos os níveis o grupo branco foi beneficiário da exploração dos grupos raciais”¹⁰⁶ como o grupo privilegiado não só se beneficiou da força de trabalho da população de cor, mas como utilizou desse espaço de poder para tornar a sua ideologia a única e aceitável na sociedade, o que nos leva a ideologia do branqueamento da população brasileira estruturado ao mito da democracia racial. “A ideologia do branqueamento constitui-se como pano de fundo daqueles discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa “democracia racial””.¹⁰⁷

Para compreender as relações raciais no Brasil pós abolição a autora entende o racismo como uma prática ideológica para beneficiar alguns interesses específicos e utiliza a distribuição geográfica do Brasil para explicar como o capitalismo industrial competitivo ou o capitalismo monopolista coloca o trabalhador negro como maioria em seu exercício. Pois as “maiorias dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implica nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas”¹⁰⁸ e o desenvolvimento regional, onde após a abolição a região

¹⁰⁵(Hasenbalg, 1977, p.12 apud Gonzalez, 2018, p.62)

¹⁰⁶ Ibidem, p.63

¹⁰⁷ Ibidem, p.63

¹⁰⁸ Ibidem, p.66

sudeste foi ocupada pela imigração europeia, e que no período escravista foi a região que mais obteve trabalhadores escravos no plantio e atividades minerada e com a estruturação do capitalismo que a população de cor começa a participar efetivamente da vida econômica e social do país¹⁰⁹.

A autora faz uma análise educacional e observa que a população de cor é a que tem menor acesso à educação, principalmente em níveis mais elevados educacionais (2º grau e universidade)¹¹⁰, e mesmo os que conseguem ter o mesmo nível educacional que o branco não obtém a mesma remuneração “a relação entre educação e renda é praticamente linear, enquanto no grupo negro o incremento educacional não é acompanhado por aumento proporcional de renda” (GONZALEZ, 1984). Para compreender melhor esse raciocínio é só compreender que pessoas de cor não são bem vistas em determinadas profissões mesmo com as leis Afonso Arinos a discriminação ocupacional é grande. Trazendo em ênfase mais uma vez o mito da democracia racial, onde o negro é o único responsável pela sua ascensão social e acesso aos meios educacionais e profissionais, já que no papel a lei existe. Esse racismo também é visível como o negro é socialmente e culturalmente entendido como “preguiçoso”, “irresponsável” que por esses estereótipos ocupam os cargos e empregos mais inferiores. Lélia faz uma crítica as correntes ditas progressistas por se perceber reprodutora do racismo.

¹⁰⁹ “A partir dos anos de 1930 junto a cultura do café é a necessidade da acumulação primitiva e a estruturação do capitalismo”. Ibidem, p.67

¹¹⁰ No período de 1950/1973 onde acontecia a elevação do nível de escolaridade no sistema educacional brasileiro.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, a lição que nos foi dada aqui é de que, inclusive, a gente tem o modo da gente pra contar a nossa história. (orayeyo! Axé/ Muntu!) (Lélia Gonzalez, 1984).

Lélia Gonzalez começa seu trabalho intelectual e ativista através dos jornais, partindo de uma sociologia orgânica, com uma didática que prende o leitor em suas teorias, análises, nas apresentações de seus textos e ideias, o que por sua vez aproxima seu leitor da realidade vivida, pela população de cor do país, a partir do lugar de uma mulher negra, pobre, intelectual e ativista do direitos humanos em busca da democracia social, que apesar de toda contribuição para a construção da teoria social brasileira é pouco conhecida dentro da academia. Segundo a autora para conseguirmos chegar em uma democracia social é preciso compreender que, a questão do negro nada mais é que a questão da sociedade brasileira que negligencia a pauta levantada pelo movimento negro e pela população negra do país bebendo da ideia de democracia racial, e se se utilizando dos discursos antirracistas quando os convém, como questiona Lélia ao fazer parte do partido político PT¹¹¹, que é levada pelo discurso da esquerda de que “quem criou o mito da democracia racial foi a direita, que é competente nessa questão”¹¹², ao olhar de dentro da instituição percebe que as pautas trazidas que contemplavam a população negra eram deixadas de lado, mesmo sendo pautas importantes para a democratização do país não há quem fale o silêncio total frente as questões que perpassam o negro na sociedade brasileira, o fato de ter integrantes negros não quer dizer que serão ouvidos.

Para tanto, acredito que esse trabalho seja uma forma de dar voz a esses intelectuais negros que contribuíram para a construção social e política desse país, que a partir do meu lugar de mulher negra, pobre e acadêmica não tenha me silenciado diante da exclusão e da negação das contribuições que esses autores tem para a nossa sociedade. Que o leitor possa ter compreendido sobre o pensamento social brasileiro exercido por Lélia no âmbito de dar voz a uma intelectual negra e as suas vivências, conceitos, pensamentos e posicionamentos. Esse trabalho não teve intenção de criar comparações, mas sim de abertura e compreensão daquilo que se foi pensando e produzido pela autora, para que se possa ter uma nova perspectiva de como ler e interpretar o pensamento social brasileiro, através daqueles que sempre foram silenciados e negligenciados dentro da academia e dos meios de poder e conhecimento.

¹¹¹ Lélia era suplente da banca federal do partido político. E relata sua experiência em relação a um programa nacional que o partido fez “para levantar os 10 problemas mais grave no Brasil. Não colocou a questão do negro.” Ibidem, 2018, p. 244

¹¹² Ibidem, 2018, p. 238

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Gildo Marçal- Linhagens do Pensamento Político Brasileiro- **Revista de Ciências Sociais**, Vol.48 nº 2, 2005, p. 231-269.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consistência e a política do empoderamento/ I parte: A construção social do pensamento feminista negro**.1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 27-97
- DAVIS, Angela. **Mulheres raça e classe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889- 1930). **Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**. Diálogos Latinoamericanos, número 010 Universidad de Aarhus, Latinoamericanistas, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. 1ª ed. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.
- GROSGOUEL, Ramón – A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: Racismo / Sexismo Epistêmico e os Quatros Genocídios/ Epistemicídios do Longo Seculo XVI. **Revista Sociedade e Estado** Vol. 31 nº 1. Janeiro/ Abril. 2016.
- I Encontro Nacional da Mulher Negra. **Boletim Informativo**. Set. 1988, Ano 1, n. 1.
- MAIA, João Marcelo E - Ao Sul da Teoria: A Atualidade Teórica do Pensamento Social Brasileiro. **Revista Sociedade e Estado** Vol.26 nº 2. Maio / Agosto. 2011.
- MONTEIRO, Roberta Amanajás. **A inserção do negro na sociedade brasileira do século XIX e a questão da identidade entre classe e raça, HISTÓRIA DO DIREITO I: XXIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI**, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa – PB, 05 a 08 de novembro de 2014, 17p. Acesso em: 26 de abr. de 2022
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- MUNANGA, Kabengele- **Rediscutindo a mestiçagem no brasil: identidade nacional versus identidade negra- Capítulo 2- A Mestiçagem no Pensamento Brasileiro**. Petrópolis, Rj: **Vozes**, 1999. p. 50-80.
- QUIJANO, Aníbal. **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Perspectivas Ltino-americanas. “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”- Buenos Aires-2005.
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez (Bibliografia) – (Retratos do Brasil negro/ coordenada por Vera Lúcia Benedito) - São Paulo: Selo Negro, 2010**
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes.”** In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p 09-34.
- SCHWARCZ, Lilia; BOTELHO, André - **Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. Lua Nova, São Paulo, n.82: p.11-16, 2011

SILVA, Cristiane Rocha, Beatriz C. GOBBI, and Ana Adalgisa SIMÃO. **"O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. 2005."** Acesso em 29. Abr de 2022.

SILVA, Jhonata da Costa, 1991 - **Intelectualidade Negra: Uma Construção Periférica do Pensamento Social Político Brasileiro No Início do Século XX.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. **O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil/ I encontro nacional de mulheres negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980.** Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 13-41.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos / GONZALEZ, Lélia – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.**

ANEXOS

Figura 1: Lélia Gonzalez - Cabelos



Fonte 2: Site Vogue (Globo) (2021) - Acesso em 28/08/2022

Figura 2: Seminário 1985 & Beyond. Baltimore, Estados Unidos, com Angela Davis, 1984



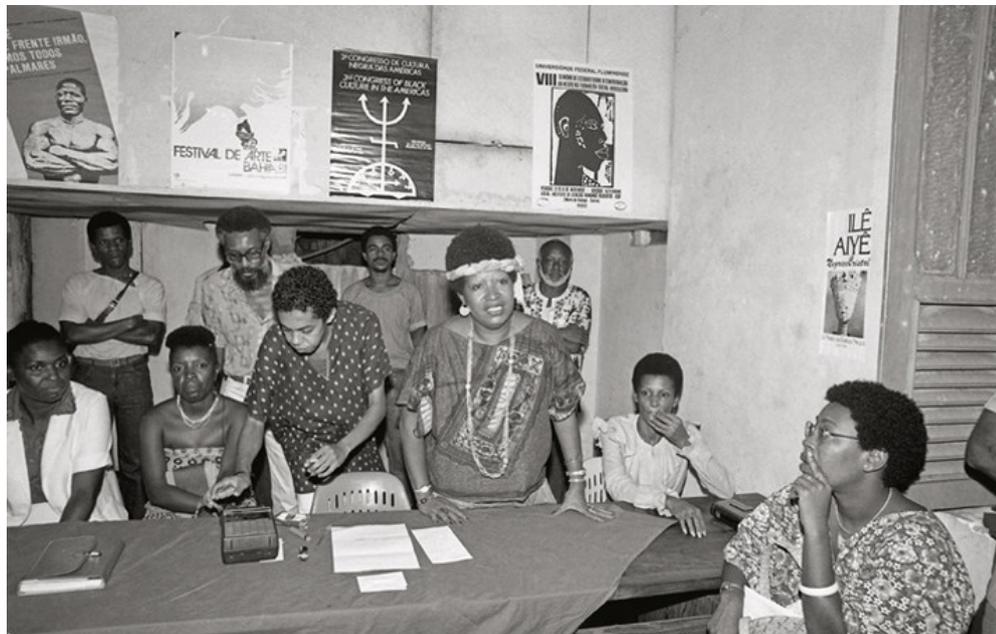
Fonte 3: Gonzalez, Lélia (2018, p. 413)

Figura 3: Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento



Fonte 4: Site Pensamentos Mulheristas (2016) - Acesso em 28/08/2022

Figura 4: Lélia Gonzalez na reunião do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras - IPCN - 1986/7



Fonte 5: Gonzalez, Lélia (2018, p. 414)